



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA
FACULDADE DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE JORNALISMO

JULIANA DUARTE LAUERMANN

VIOLAÇÕES CUSTODIADAS EM REVISTAS
Um estudo das coberturas jornalísticas dos veículos semanais a respeito do massacre
no presídio do Amazonas, em 2017

Brasília
2017

JULIANA DUARTE LAUERMANN

VIOLAÇÕES CUSTODIADAS EM REVISTAS
Um estudo das coberturas jornalísticas dos veículos semanais a respeito do
massacre no presídio do Amazonas, em 2017

Trabalho de Conclusão de Curso (TC)
apresentado como um dos requisitos para
a conclusão do curso de Jornalismo do
UniCEUB – Centro Universitário de
Brasília.

Aluna: Juliana Duarte Lauermann

Orientador: Luiz Cláudio Ferreira

Brasília

2017

JULIANA DUARTE LAUERMANN

RA 21376193

VIOLAÇÕES CUSTODIADAS EM REVISTAS

Um estudo das coberturas jornalísticas dos veículos semanais a respeito do massacre no presídio do Amazonas, em 2017

Trabalho de Curso (TC) apresentado como um dos requisitos para a conclusão do curso de Jornalismo do UniCEUB – Centro Universitário de Brasília.

Orientador: professor Me. Luiz Cláudio Ferreira

Brasília, 24 de novembro de 2017.

Banca examinadora

Professor: Luiz Cláudio Ferreira
Orientador

Professor: Frederico Tomé
Examinador

Professor: Samuel Costa
Examinador

Dedico este trabalho ao meu professor e orientador Luiz Cláudio Ferreira por me incentivar a exercer o jornalismo que dá voz aqueles que não têm e me apoiar nos momentos em que eu pensava não conseguir.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por sempre me amparar nos momentos de aflição e angústia, além de escutar minhas preces e me mostrar o tempo certo de tudo. Nele encontrei a tranquilidade necessária para realizar o trabalho e concluí-lo.

Agradeço ao meu pai Carlos Rodrigo por, enquanto sua trajetória na terra ter me passado seus valores e me incentivado a acreditar nos meus sonhos e no meu potencial. Mesmo em outro plano agradeço por sempre olhar e cuidar de mim.

Agradeço à minha mãe Cláudia por me incentivar a realizar minhas tarefas sempre com dedicação e a perseverar nas coisas que eu almejo. Sou grata por cada momento em que ela me deixou caminhar com minhas próprias pernas, pois me mostrou que sou capaz de alcançar meus objetivos.

Agradeço aos meus avós por todo o cuidado. A minha avó Lenir por sempre me incentivar nos estudos e me dar seu carinho quando precisei. Ao meu avô Edmilson por me proporcionar a oportunidade de cursar a graduação e por sempre me incentivar a ser um ser humano e uma profissional melhor.

Agradeço aos meus padrinhos por me apoiarem ao longo da jornada e por não me aconselharem nos momentos em que as dúvidas surgiam. A minha madrinha Rita que nos momentos de desespero me dizia que eu iria conseguir. Ao meu padrinho Markos por me escutar ler a monografia e a deixa-la melhor.

Agradeço aos meus amigos que passaram por todo o processo comigo. Em especial a Giuliana Vasconcellos por acompanhar minhas noites sem dormir escrevendo o trabalho e fazer com que eu não desistisse nos momentos em que eu pensava não conseguir.

“...Diante da chacina
111 presos indefesos, mas presos são quase todos pretos
Ou quase pretos, ou quase brancos quase pretos de tão pobres
E pobres são como podres e todos sabem como se tratam os pretos”
(Versos de “Haiti”, de Caetano Veloso)

RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de analisar as reportagens publicadas nas revistas brasileiras no período entre 5 e 10 de janeiro de 2017 (após o massacre ocorrido no presídio do Compaj, no Amazonas), a fim de observar como esses veículos abordaram o episódio. O filtro utilizado foi encontrar materiais sobre o tema nas duas revistas de maior circulação no país, *Época* e *Veja* que abordassem o assunto em reportagens e os dessem como capa das edições. Como estratégia metodológica, os conteúdos analisados foram observados diante de seis aspectos a partir da narratologia de Motta (2007): recomposição da intriga ou do acontecimento jornalístico; identificação dos conflitos e da funcionalidade dos episódios; a construção de personagens jornalísticas (discursivas); estratégias comunicativas; a relação comunicativa e o “contrato cognitivo”; metanarrativas- significados de fundo moral ou fábula da história. De acordo com o método, foram analisados seis tópicos nas reportagens: enfoque da reportagem; linguagem utilizada; fontes consultadas; responsabilização do Estado; tendências da narrativa; representação do detento. As conclusões da análise foram que as reportagens abordaram desdobramentos do ocorrido, inserindo-o em um contexto de crise do sistema penitenciário brasileiro. Foi verificado ainda que as fontes consultadas para a produção dos conteúdos são, em sua grande maioria, relacionadas ao Estado.

Palavras-chave: jornalismo; jornalismo de revista; reportagem; *newsmaking*, *gatekeeper*, invisível; revista; sensacionalismo.

ABSTRACT

This paper has the objective of analyzing the reports published in the Brazilian magazines in the period between January 5 and 10, 2017 (after the massacre in the prison of Compaj, Amazonas), in order to analyze how these vehicles approached the episode. The filter used was to find materials in the three major circulation magazines in the country, *Época* and *Veja* that approached the subject and gave them as cover of the issues. As a methodological strategy, the analyzed contents were observed in six aspects: reconstitution of the intrigue or journalistic event, identification of the conflicts and the functionality of the episodes; the construction of journalistic characters (discursive); communicative strategies; the communicative relationship and the "cognitive contract"; metanarratives - meanings of moral background or fable of history. The conclusions of the analysis were that the reports dealt with developments of the event, inserting it in a crisis context of the Brazilian penitentiary system. It was also seen that the sources consulted for the production of the contents are, in the great majority, related to the State.

Keywords: journalism; magazine journalism; reporting; *newsmaking*, *gatekeeper*, invisible; magazine; sensationalism.

SUMÁRIO

Introdução.....	10
1. Responsabilidade social do jornalista e encarceramento.....	12
1.1. Éthos profissional.....	12
1.2. História do jornalismo no Brasil.....	13
1.3. História social da imprensa.....	14
1.4. Ética profissional.....	14
2. Noticiabilidade.....	17
2.1. Por que as notícias são como são.....	17
2.2. Teoria do <i>newsmaking</i>	18
2.3. Critérios de noticiabilidade.....	19
2.4. Teoria do <i>gatekeeper</i>	20
3. Reportagem, um gênero nas entrevistas.....	22
3.1. A reportagem comum.....	22
3.2. O furo de reportagem.....	23
3.3. A grande reportagem.....	23
4. Jornalismo de revista no Brasil.....	26
4.1. História da revista no Brasil.....	26
4.2. As características da revista.....	27
5. Fontes jornalísticas.....	29
5.1. Fontes oficiais, oficiosas e independentes.....	29
5.2. Fontes primárias e secundárias.....	30
5.3. Testemunhas e experts.....	30
6. Sensacionalismo e espetacularização da notícia.....	32
6.1. A mídia sensacionalista e a crise no Sistema Penitenciário Brasileiro.....	33
6.2. A liberdade e a prisão.....	34
7. A violência e a comunicação.....	36
7.1. O jornalista e a relação com os invisíveis.....	36
7.2. O discurso em relação aos invisíveis.....	37
8. Metodologia de pesquisa.....	38
9. Análise.....	41
Considerações finais.....	61
Referências bibliográficas.....	64
Anexos.....	67

Introdução

O início do ano de 2017 foi marcado por uma série de rebeliões em presídios no país. Desde 1992, o Brasil não tinha conhecimento de uma matança de pessoas sob tutela do Estado. Naquele episódio, 111 presos foram mortos no Carandiru¹, em São Paulo (SP), em confronto com a Polícia Militar. Vinte e cinco anos depois, no Complexo Anísio Jobim (Compaj), em Manaus (AM), pelo menos 60 pessoas foram encontradas mortas, a maioria mutiladas em conflito entre facções rivais. O episódio foi sucedido por outras barbáries nas cidades de Boa Vista (AC), Santo Antônio de Jesus (BA), Itamaraju (BA) e Natal (RN), desencadeadas, em sua maioria, pela superlotação dos estabelecimentos prisionais e pela disputa entre facções rivais.

O tema, comumente invisibilizado pelos muros das detenções, ganhou destaque na mídia mesmo em cidades em que não havia sedes dos principais veículos nacionais. A atenção chegou às capas das quatro revistas de maior circulação no país. Incumbidas de dar profundidade ao conteúdo jornalístico, em relação à cobertura das rebeliões ocorridas na penitenciária de Compaj², Amazonas, no início deste ano, as capas mostravam a rotina de medo vivida por presos e agentes penitenciários em todos os estados do Brasil. Mas por que esse assunto só “surge” quando uma tragédia acontece?

Parte importante na sociedade brasileira, os veículos de comunicação influenciam comportamentos sociais. Com isso, a maneira de informar e o conteúdo da mensagem vêm sendo muito discutido, uma vez que o interlocutor absorve o que é dito e toma aquilo para si como verdade absoluta. Em meio a essa situação existe a necessidade de se falar sobre a responsabilidade do jornalismo no papel de promover alertas sociais sobre esses temas, assim como dar voz aqueles que estão à margem da sociedade, como é o caso dos envolvidos, direta ou indiretamente, nas rebeliões ocorridas no início do ano.

O presente trabalho tem como objetivo identificar, por meio da análise de duas grandes revistas de circulação no país: *Época* e *Veja*³ segundo dados do Instituto Verificador de

¹ O ocorrido na penitenciária do Carandiru, em São Paulo, foi de repercussão mundial. Nunca antes no Brasil havia ocorrido uma situação onde tantos homens, sob a tutela do Estado foram mortos.

² Presídio situado a 8km de Manaus, no Amazonas, o Complexo Anísio Jobim foi cenário de uma rebelião no dia 1 de janeiro de 2017.

³ Dados do ano de 2016 do Instituto Verificador de Circulação mostram o ranking das revistas mais vendidas no Brasil.

Circulação a forma como esses veículos de comunicação, voltados para a grande reportagem, apresentaram a situação ocorrida na penitenciária de Compaj, cuja rebelião ocorreu em uma cidade em que não há sede ou sucursal de nenhum desses veículos observados.

A primeira parte da monografia traz comentários sobre a história do jornalista, abordando como o seu conceito e a sua formação foram mudando ao longo dos anos até chegar ao formato que é apresentado nos dias de hoje. No primeiro capítulo são apresentadas as responsabilidades sociais do jornalista, características da profissão e um pouco da ética profissional.

Em seguida, é apresentada a forma como o jornalismo se apresenta atualmente, explicando os conceitos e as “Teorias de *Gatekeeper*” e “*Newsmaking*”, assim como o jornalismo em profundidade, a reportagem e o interpretativo. O trabalho aborda, ainda, a espetacularização da notícia e o sensacionalismo na mídia, presente, principalmente, no jornalismo policial. O tema “O visível e o invisível” para o jornalismo é apresentado, explicando como isso afeta seu papel social. Nos últimos capítulos o leitor conhecerá o método utilizado para a realização deste trabalho e a análise da pesquisa com dados e apontamentos sobre as revistas e matérias analisadas.

1. Responsabilidade social do jornalista e encarceramento

O presente trabalho traz como premissa de que o conteúdo do jornalismo mudou ao longo do tempo. Isso quer dizer que, de anunciador dos problemas a favor das elites, passou a se posicionar pelos direitos humanos. Com o trabalho de controlar e fiscalizar as ações do governo, os jornalistas têm visto a necessidade de se analisar os pontos na sociedade onde as críticas aos governos são permanentes. É o caso da situação de encarceramento nos presídios brasileiros, tendo em vista o conhecimento de sua precariedade e desrespeito aos direitos dos indivíduos assegurados pelo Estado.

Para se analisar e entender a forma como o jornalismo é apresentado nos dias atuais é necessário entender sua história e as mudanças ocorridas durante o tempo. Assim como as mudanças ocorridas no mundo ao longo dos anos, o formato de fazer jornalismo também mudou e essa história explica o jeito que esse se apresenta hoje.

1.1. Ethos profissional

Como todas as profissões, o jornalismo surge com um papel social importante, o de informar e responder perguntas que as pessoas se fazem todos os dias. Estas, confiam no trabalho do jornalista como forma de se informar sobre assuntos que são de cunho do Estado e que estão presentes no seu dia a dia. Ao longo dos anos o jornalismo buscou transmitir a informação à população, para que esta adquirisse conhecimento, como cita Nelson Traquina.

Ao longo dos séculos, as pessoas (muitas delas, pelo menos) têm desejado ser informadas sobre o que as rodeia, usando o jornalismo (ou uma forma pré-moderna do jornalismo) para se manterem em dia com os últimos acontecimentos, para os combinarem com um conhecimento dos tópicos que lhes permita participar de conversas pessoais e de grupo, talvez para se sentirem reasseguradas de que através dos vários produtos do jornalismo não estão a perder algo, ou para serem fascinadas pelas alegrias ou tragédias da vida. (TRAQUINA, 2005, p. 20).

Em seu início, o jornal tinha a função de descrever a rotina vivida pelas classes da sociedade que tinham o poder, fazendo um relato dos acontecimentos. Foi no século XIX que o jornalismo viveu seu melhor momento. Segundo Nelson Traquina

(2005), nesse período o jornalismo ganhou uma nova função, a de levar informação e não propaganda.

1.2. História do jornalismo no Brasil

Assim como a maioria das inovações vindas da Europa, a ideia do surgimento de um jornal em território brasileiro demorou. Diante do governo Português no Brasil, as ideias Iluministas⁴ que surgiam na Europa interessava. Essa nova corrente de pensamento traria ideias revolucionárias e que contestassem as atitudes adotadas pelo governo.

Com todas as dificuldades encontradas e os atrasos, o primeiro noticiário registrado no Brasil surge com a chegada da Família Real Portuguesa, em 1808. O marco inicial de nossos meios de comunicação social data deste mesmo 1808, quando passou a circular, em 1º de junho, o *Correio Braziliense*, editado em Londres por Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça, aliás Hipólito da Costa (ROMERO, 2008).

Não reconhecido pela coroa portuguesa, o *Correio Braziliense* viu, tempos depois, surgir o periódico *Gazeta do Rio de Janeiro*, que mais se parecia um diário oficial, pois continha apenas o relato de atos do governo e alguns anúncios. Como fonte, usava-se, principalmente, cartas e boatos (CRUZ, 2016). As críticas ao governo Joanino aumentavam a cada dia e esse se viu com a necessidade de mudar a estratégia para lidar com esse problema.

Os problemas com a censura vieram na medida que vinham as críticas ao governo onde Dom João de Bragança tentava firmemente vetar a circulação de jornais que criticavam a sua pessoa, porém o forte contrabando de jornais fez com que Dom João desistisse e começasse a patrocinar tais jornais, como foi o caso do *Correio Braziliense*, impedindo que estes falassem mal dele. (CRUZ, 1016, p. 1.)

⁴ Os iluministas foram propagadores do movimento Iluminismo, que surgiu no século XIII. Essa corrente defendia o domínio da razão. Uma de suas críticas era feita à monarquia presente nas formas de governo da época.

Após a mudança de postura do governo Joanino, espaços foram abrindo para os novos jornais, entre eles A Província de São Paulo que, mais tarde se tornaria O Estado de São Paulo e os Diários Associados, comandado por Assis Chateaubriand, responsável por um império anos depois.

1.3. História social da imprensa

Com o primeiro *mass media* (séc. XIX), ocorreu uma significativa expansão dos jornais ao redor do mundo, gerando novos empregos e consolidando a atividade profissional. Com o seu crescimento, a imprensa ganhou um novo formato e novas características, deixando de fornecer propagandas para produzir informação.

A novidade no formato do jornalismo se mostrou lucrativa, despertando o olhar dos negócios para esse ramo. Com um olhar mais capitalista, os jornais começaram a aumentar o número de tiragens, criando a notícia, informação baseada em fatos reais. Segundo Traquina (2005), dois processos fundamentais marcaram a evolução da atividade jornalística: sua comercialização e a profissionalização dos seus trabalhadores.

A emergência do jornalismo com os seus próprios “padrões de performance e integridade moral” tornou-se possível com a crescente independência econômica dos jornais em relação aos subsídios políticos, método dominante de financiamento da imprensa no início do século XIX. As novas formas de financiamento da imprensa, as receitas da publicidade e dos crescentes rendimentos das vendas dos jornais, permitiram a despolitização da imprensa, passo fundamental na instalação do novo paradigma do jornalismo: o jornalismo que privilegia os fatos e não a opinião. (TRAQUINA, 2005, p. 36)

No contexto das grandes mudanças ocorridas no mundo, nasce o termo “Quarto Poder”, chamado por Henry Reeve “*um poder do reino, mais poderoso que qualquer um dos poderes*”. Esse “novo” poder teria o dever de controlar os outros três: legislativo, executivo e judiciário. Os jornais começaram, então, a ser vistos como instrumentos que expunham a opinião pública, atuando como elo entre ela e os governantes. Desde então, o ofício jornalístico vem sendo peça fundamental na vida daqueles que sofrem injustiças ou se queixam por não seres assistidos corretamente pelo governo, como no

caso daqueles que estão envolvidos direta ou indiretamente no Sistema Carcerário Brasileiro.

1.4. Ética profissional

Duramente criticada em sua existência e, muitas vezes, mal interpretada, a profissão jornalista ganhou, com os anos, reconhecimento e poder dentro da sociedade como outras poucas. Seus valores, sua ética, seus símbolos e sua força fizeram com que esta conquistasse papel fundamental e indispensável na vida das pessoas.

Tendo seu início como forma de propaganda do governo, se transformou com o passar dos anos e se apresenta, até hoje, no papel de fiscalizar suas ações, mostrando à população aquilo que é feito ou não. Nesse contexto, a profissão jornalista começou a ser vista por membros do governo como uma ameaça, tendo em vista sua influência na sociedade. Essa nova visão acerca da profissão mostra como seu exercício se tornou um mecanismo de troca entre a opinião pública e as ações do governo. Com isso, Traquina (2005) afirma que o jornalismo tem um papel duplo com a liberdade, dividida em negativa e positiva.

Por um lado, a teoria democrática apontava para que o jornalismo cumprisse um duplo papel: 1) com a liberdade “negativa”, vigiar o poder político e proteger os cidadãos dos eventuais abusos dos governantes; 2) com a liberdade “positiva”, fornecer aos cidadãos as informações necessárias para o desempenho de suas responsabilidades cívicas, tornando central o conceito de serviço público como parte da identidade jornalística. (TRAQUINA, 2005, p. 50).

Essa liberdade é parte fundamental da ética profissional do jornalismo. Dessa forma a censura não deveria existir nessa profissão.

Outro ponto discutido em relação à ética profissional é em relação à sua objetividade. Segundo a socióloga Gaye Tuchman (1978), existe um “ritual estratégico” para que esta possa ser alcançada. Ritual que consiste na realização de alguns procedimentos para determinar a objetividade do fato. Tuchman (1978) cita quatro procedimentos para determinar tal objetividade: a apresentação de possibilidades conflituosas; a apresentação de provas auxiliares; o uso das aspas; a estruturação da informação em uma determinada sequência. Dessa forma, ao investigar e ir atrás do

que a notícia se preocupa se é possível o jornalista comprovar a objetividade de uma informação, de forma que esta não venha a ser questionada posteriormente.

Valor importante e representativo no *ethos* jornalístico, a liberdade é relacionada diretamente com a democracia. Segundo Traquina (2005), a soberania do povo e a liberdade de imprensa eram inseparáveis, entendendo que a censura não poderia existir. Considerados um símbolo na luta pela liberdade e igualdade, os jornalistas trazem outros valores importantes: o de independência e autonomia profissional.

A independência profissional é um conceito recorrente entre jornalistas. Segundo Traquina (2005), no ano de 2001 o então diretor de Informação da RTP, José Rodrigues dos Santos, concedeu uma entrevista ao jornal *O Público* onde comentava acerca da independência do jornalismo.

“As pessoas têm que compreender que a RTP tem que ser efetivamente independente. E na política há muito o raciocínio de que quem não está conosco está contra nós. Efetivamente não estamos com o (nome de um partido político), mas não quer dizer que estejamos contra o (nome do mesmo partido político). Esse raciocínio, que se calhar é verdadeiro no mundo da política, não é verdadeiro no mundo do jornalismo. Isso que tem de ser compreendido. E se não for, paciência” (Traquina, 2005, p. 132)

Já a autonomia profissional é um valor discutido entre os profissionais da área quanto entre a população. Em 2009 o Superior Tribunal Federal (STF) apresentou uma decisão que diz que para o exercício da profissão de jornalista não seria necessário o diploma de graduação no curso. Essa decisão trouxe em pauta a credibilidade do jornalismo. Segundo Tuchman (1978), a importância de manter a credibilidade leva a um trabalho constante de verificação dos fatos e de avaliação das fontes de informação. Essas ressalvas fazem com que o profissional siga os critérios de objetividade, fator importante para a credibilidade de uma notícia, como visto anteriormente.

2. Noticiabilidade

As pessoas acreditam e tomam para si como verdade absoluta as notícias que saem nos meios de comunicação. Mas como essa notícia é construída? Como seu conteúdo é escolhido? Por que uma informação é notícia e outra não? Entende-se como notícia tudo aquilo que é de interesse e/ou relevante para a população. Com o papel social de grande reconhecimento, o jornalista, mais do que um profissional, tem a responsabilidade de retratar os acontecimentos para que esses possam ser apresentados à sociedade. Tendo em vista esse dever, Cremilda Medina e Felipe Pena apresentam em seus respectivos livros “Profissão Jornalista: responsabilidade social” e “Teorias do Jornalismo” elementos que retratam o papel do jornalista na sociedade e os critérios na escolha da notícia.

As notícias têm o papel de informar as pessoas sobre temas de interesse geral. Tendo como premissa essa ideia, acredita-se que a linguagem usada é tão importante quanto a informação que quer ser passada. O comunicador deve conhecer e entender seus públicos e suas necessidades para que este possa enviar a mensagem da forma mais clara possível. Um comunicador é um vaso comunicante por onde a informação, é filtrada e preparada para atingir o maior número de pessoas possível (MEDINA, 1982).

2.1. Por que as notícias são como são

Ainda não é possível responder, ao certo, porquê as notícias se apresentam da forma como são. Após décadas de estudo, Gaye Tuchman (1978) afirma, como visto anteriormente, que a busca pela objetividade não é algo simples. Esse objetivo é complexo, tendo em vista que o jornalista mostra os fatos que ele julga importante e de interesse da população (TRAQUINA, 2005). O autor explica que após anos de estudo foi possível desenvolver teorias que respondam ou tentam responder sobre o motivo das notícias serem apresentadas da forma como são.

Na análise das três grandes revistas de circulação no Brasil, a Teoria do *Newsmaking* e a Teoria do *Gatekeeper* tentam resolver e apresentar uma resposta para essa incógnita. A rotina das redações dos meios de comunicação é sempre movimentada, as informações entram e saem a todo o momento, assim como os

jornalistas em busca da notícia. Dessa forma, esses profissionais devem saber quais informações interessam ao público para que exerçam seu papel na sociedade da melhor forma possível.

2.2. Teoria do *Newsmaking*

O jornalismo traz construções sociais de realidades. Os processos pelos quais a notícia passa mostram que o jornalismo não é um espelho, mas uma reprodução que passa por critérios até chegar em seu produto final. Esses critérios são partes importantes da construção da notícia e são tratados na Teoria do *Newsmaking*. A abordagem dessa *teoria* se preocupa com a profissão jornalista e a organização do trabalho, os processos produtivos. O objetivo declarado de qualquer órgão de informação é fornecer relatos dos acontecimentos significativos e interessantes (WOLF, 1987).

A escolha do fato que se tornará notícia, a rotina de apuração e produção, todos esses processos fazem parte do dia a dia do jornalista. Para Tuchman três fatores devem ser cumpridos durante esses procedimentos.

1. devem tornar o reconhecimento de um facto desconhecido (inclusive os que são excepcionais) como acontecimento notável.
2. deve elaborar formas de relatar os acontecimentos que não tenham em conta a pretensão de cada facto ocorrido a um tratamento idiossincrásico.
3. devem organizar, temporal e espacialmente, o trabalho de modo que os acontecimentos noticiáveis possam afluir e ser trabalhados de uma forma planificada. Estas obrigações estão relacionadas entre si (TUCHMAN, 1978, p.45).

Diante dos acontecimentos e de suas eventuais imprevisibilidades, é necessário que o jornalista organize o tempo e o espaço no qual precisa trabalhar. Com isso, os profissionais acabaram determinando algumas práticas comuns que efetivam o tempo de apuração e produção e facilitam na organização e escolha da matéria. Essas práticas são divididas em duas partes: a noticiabilidade, ou seja, a “aptidão” para um acontecimento se transformar em uma notícia e a organização da forma de trabalho do jornalista.

Na estrutura das rotinas produtivas, os profissionais do jornalismo nem sempre dispõem de tempo para obter o maior número de informações. Nesse caso a objetividade para se apurar e registrar os fatos é um ponto determinante na vida de um jornalista. O uso de fontes, pesquisa sobre o assunto tratado e coleta de dados ajuda na produção da notícia, além de otimizar o tempo disponível para que essa seja feita. A escolha do tema abrange não só o que se fala, mas como se fala, quem fala e para quem se fala. Quanto maior o interesse jornalístico, maior a abrangência do público a que a informação se possa destinar (LAGE, 2001).

2.3. Critérios de Noticiabilidade

Segundo Mauro Wolf (1999), o trabalho jornalístico segue alguns preceitos que garantem o processo de produção da notícia em meio aos inúmeros fatos que chegam até a redação, desde a escolha do que se torna notícia até sua publicação. Dessa forma, pode-se afirmar que os veículos de informação têm o dever de escolher uma quantidade de fatos que serão notícia em um infinito de acontecimentos.

Pode-se também dizer que a noticiabilidade corresponde ao conjunto de critérios, operações e instrumentos com os quais os órgãos de informação enfrentam a tarefa de escolher, quotidianamente, de entre um número imprevisível e indefinido de factos, uma quantidade finita e tendencialmente estável de notícias (WOLF, 1999, p. 191).

Um componente da noticiabilidade são os valores notícia (*news value*). Esses valores constituem a resposta à pergunta seguinte: quais os acontecimentos que são considerados suficientemente interessantes, significativos e relevantes para serem transformados em notícias (WOLF, 1999). Os valores notícia se fazem presentes durante todo o processo de criação da matéria. Esses partem de alguns pressupostos como o conteúdo da notícia, o material disponível para fazer o produto, o público a ser atingido e a concorrência a ser “batida” (WOLF, 1999). Dessa forma Traquina (2005) cita Wolf que os divide em dois grupos: valores notícia de seleção e valores notícia de construção

Para Wolf, os valores-notícia de seleção referem-se aos critérios que os jornalistas utilizam na seleção dos acontecimentos, isto é, na decisão de escolher um acontecimento como candidato à sua transformação em notícia e

esquecer outro acontecimento. Os valores-notícia de seleção estão divididos em dois subgrupos: a) os critérios substantivos que dizem respeito à avaliação direta do acontecimento em termos da sua importância ou interesse como notícia, e b) os critérios contextuais que dizem respeito ao contexto de produção da notícia. Os valores-notícia de construção são qualidades da sua construção como notícia e funcionam como linhas-guia para a apresentação do material, sugerindo o que deve ser realçado, o que deve ser omitido, o que deve ser prioritário na construção do acontecimento como notícia. (TRAQUINA, 2005, p. 75)

Ao escolher uma informação o jornalista deve seguir os valores-notícia de seleção procurando ver se ela vai causar identificação com o seu público e se o tema é relevante para ser noticiado. Seguindo o critério dos valores-notícia de construção o profissional deve apurar o que deve entrar ou não no corpo da matéria, o que vale a pena ser falado ou não. Além disso, a escolha das fontes é de extrema importância para a credibilidade de uma matéria. Dessa forma é possível garantir que o jornalista fez um trabalho de excelência e de apuração dos fatos.

O uso das fontes oficiais, oficiosas e testemunhas são de extrema importância para a apuração da matéria, mas existe outra forma de se buscar informação ainda mais relevante e segura, os documentos. Nem sempre é fácil ter acesso à documentos, principalmente quando o conteúdo da notícia se trata de algum assunto de ordenamento jurídico. Mesmo assim, complicada ou não, a pesquisa é a base do melhor jornalismo (LAGE, 1936)

2.4. Teoria do Gatekeeper

A Teoria do *Gatekeeper*⁵ analisa o comportamento dos jornalistas e suas decisões em relação à escolha da notícia. Segundo essa teoria os jornalistas (*gatekeepers*) são os “porteiros” que permitem com que a informação faça parte ou não de uma notícia e que essa chegue até a população. Essa avaliação pela qual a informação passa se submete apenas ao crivo do jornalista, pois é ele quem fecha ou abre o portão (*gate*) para que a notícia seja publicada ou fique na redação.

⁵ O termo *gatekeeper* refere-se à pessoa que toma uma decisão numa sequência de decisões; foi introduzido pelo psicólogo social Kurt Lewin (TRAQUINA, 2005).

A teoria do *gatekeeper* analisa as notícias apenas a partir de quem as produz: o jornalista. Assim, é uma teoria que privilegia apenas uma abordagem micro sociológica, ao nível do indivíduo, ignorando por completo quaisquer fatores macro sociológicos, ou mesmo, micro sociológicos como a organização jornalística. É, assim, uma teoria que se situa ao nível da pessoa jornalista, individualizando uma função que tem uma dimensão burocrática inserida numa organização. No nível individual, a teoria avança uma explicação quase exclusivamente psicológica. (TRAQUINA, 2005, p. 151)

Segundo Felipe Pena (2005), em seu livro “Teoria do Jornalismo”, os jornalistas se valem de uma cultura própria para decidir o que é ou não é notícia. Ou seja, têm critérios próprios, que consideram óbvios, quase instintivos. (PENA, 2005). Tendo o jornalista como o centro da Teoria do *Gatekeeper*, essa se limita a explicar apenas a seleção da notícia como um produto das experiências vividas por ele. Diante de um fato, cada pessoa tem uma interpretação do que julga ser relevante ou não, o que deve se tornar de conhecimento da sociedade ou não.

Com o avanço das tecnologias e da internet o papel do *gatekeeper* começou a ser questionado. O filtro feito pelo jornalista já não parece ter tanto valor, uma vez que o público pode buscar na internet os mais diversos tipos de conteúdo. Se antes o jornalista tirava das suas experiências a escolha do que é noticiado ou não, agora é possível encontrar nos sites da internet os conteúdos pouco vistos e raramente tratados nos veículos de comunicação de grande relevância nacional. Com essa nova realidade o jornalista passou de um filtro de informações para um telespectador. O jornalista seria um observador dos portões de saída de veículos tradicionais e não tradicionais, buscando informação relevante assim que ela se torna disponível para direcionar o leitor/usuário. De papel de porteiro, o jornalista passaria para uma espécie de vigia (WEBER, 2010).

Com tantas informações disponíveis na internet o papel do jornalista e, conseqüentemente, sua formação acabam tendo grande relevância quando a veracidade da notícia. Sabe-se que muitos conteúdos são colocados na rede diariamente e que muitos deles não são produzidos por especialistas da área, mas por pessoas que usam a rede. Dessa forma, as notícias que levam a assinatura de um jornalista e que são publicadas em veículos renomados acabam sendo ainda mais procuradas e valorizadas.

3. Reportagem, um gênero nas revistas

O jornalismo pode se apresentar de diferentes formas e em diferentes lugares. Existem os programas de rádio, os programas de TV, as matérias escritas para os veículos online, as revistas periódicas, os jornais diários, etc. Em meio a tantas opções o trabalho trata do jornalismo impresso, mais especificamente o jornalismo feito pelas revistas semanais, *Época* e *Veja*. Para se falar dos textos jornalísticos, Edson Flosi classifica as matérias de três diferentes formas: a reportagem comum, o furo de reportagem e a grande reportagem.

O repórter escreve, basicamente, três tipos de matéria: 1 - A reportagem comum, que faz parte do dia a dia de sua vida profissional, raramente ultrapassando quatro laudas de texto (Uma lauda de texto, na máquina de escrever, corresponde a 1.400 toques {contando os espaços} no computador). 2 - O furo de reportagem, caracterizado pela exclusividade da notícia, não importando seu tamanho. 3 – A grande reportagem, que é sempre longa, muitas vezes de página inteira, exigindo texto cuidadosamente trabalhado (FLOSI, 2012, p.11).

Dessa forma, é possível classificar e diferenciar os formatos que a notícia se apresenta nos diferentes meios de comunicação.

3.1. A reportagem comum

Vista em todos os tipos de veículos de comunicação, a reportagem comum é caracterizada por ser factual. Inúmeras matérias são escritas todos os dias de forma rasa, com textos não muito complexos de fácil e rápido entendimento. Com a criação da internet esse tipo de reportagem se tornou cada vez mais comum e atribuiu a essa forma de se fazer notícia outra característica, a rapidez entre o fato e a criação da notícia. Segundo Flosi (2012) a reportagem comum é essencialmente factual e escrita no dia do ocorrido.

A reportagem comum é essencialmente factual e escrita no dia do acontecimento ou, dando-lhe continuidade, nos dias seguintes, até o assunto se esgotar. São chamadas de suítes as reportagens elaboradas depois da primeira e partir dela, podemos ter obra do mesmo repórter que iniciou o caso ou de outro. (FLOSI, 2012, p.11)

Presentes nos noticiários diários das TVs e rádios, a reportagem comum é noticiada pela maioria dos veículos de comunicação revelando a importância do seu conteúdo no dia a dia das pessoas. Com o tempo e o avanço da tecnologia no campo da comunicação esse tipo de notícia vem crescendo e se tornando cada vez mais importante, principalmente quando aborda assuntos ao redor do mundo. Esse avanço na tecnologia trouxe inúmeras melhorias e proporcionou o avanço e outro tipo de matéria, o furo de reportagem.

3.2. O furo de reportagem

Diferente do que é apresentado pela reportagem comum nos jornais diários, o furo de reportagem apresenta uma característica da imprensa do séc. XXI: a rapidez com que a informação pode chegar ao jornalista por meio da população. Nesse novo formato, as pessoas podem relatar um fato para que o profissional o transforme em notícia.

O furo de reportagem depende de sorte das fontes de informação, contribuindo, também, para chegar a ele, o exercício do jornalismo investigativo. Mas, geralmente, o furo de reportagem cai de mão beijada no colo do repórter, jogado por um informante que, via de regra, tem interesse na divulgação da história, o que não desmerece o trabalho jornalístico. O furo de reportagem é ocasional na vida do repórter. (FLOSI, 2012, p. 11)

Conhecido pelo trabalho investigativo e pela rapidez com que apura os fatos, o furo é comumente “concorrido” no meio da imprensa. Cada veículo quer ser o primeiro a “dar” o furo, tendo, assim, pessoas que os informam sobre fatos que os editoriais sabem que é de interesse público.

3.3. A grande reportagem

Caracterizada por textos longos e bem escritos a grande reportagem apresenta, diferente da reportagem comum uma carga maior de emoção. Flosi cita algumas características próprias da grande reportagem como ilustrações.

Tendo em vista a característica de ser mais bem trabalhada, não dependendo do imediatismo da divulgação da notícia e sim do seu aprofundamento e desdobramentos, a grande reportagem não está presente em todos os noticiários. Esse modelo de

reportagem é facilmente encontrado nas revistas semanais, objeto de estudo desse trabalho. Com isso é possível que uma reportagem comum, dada no dia a dia, se torne tema de uma grande reportagem que vai abordar seus desdobramentos e buscar elementos relacionados ao fato inicial. Essa profundidade está presente no objeto de estudo desse trabalho, uma vez que três grandes revistas de circulação no país apresentaram os desdobramentos da rebelião ocorrida no dia 1º de janeiro de 2017, na penitenciária de Complaj, Amazonas, noticiada em jornais do Brasil e do mundo.

Os desdobramentos permitidos em uma grande reportagem, como as desenvolvidas a partir da rebelião no Amazonas, utilizam vários recursos para uma melhor e mais profunda apuração. Tendo mais tempo para produzir e mais espaço para desenvolver a notícia o jornalista pode usar como recursos gráficos, buscando dados e elementos relacionados ao tema apresentado. A subjetividade do profissional também faz parte da criação da notícia. Ao passar pelo processo de construção, a análise dos fatos se dá por meio da interpretação jornalística como explica Luiz Beltrão.

Essa análise preliminar de submeter os dados recolhidos a uma seleção crítica, e transformá-los em matéria para a divulgação é a interpretação jornalística. Interpretação que é um exercício da inteligência e do discernimento de um agente qualificado, com excepcional aptidão para apreender toda a significação do fato para a comunidade (BELTRÃO, 1976, p. 47).

Com o processo da interpretação jornalística feito, é possível produzir a matéria buscando a melhor forma de transmitir a informação. Nos casos das reportagens das revistas é possível ver um jornalismo que apresenta ao leitor uma informação completa e um panorama geral acerca do tema tratado. A essa nova forma de jornalismo Beltrão deu o nome de jornalismo interpretativo, entendido como a informação que, sem opinar, coloca diante da massa o quadro completo da situação de atualidade (BELTRÃO, 1976).

Com as mudanças ocorridas no mundo e com as inúmeras informações disponibilizadas o tempo inteiro o leitor, ao procurar esse tipo de jornalismo, deseja esclarecer dúvidas ou buscar mais informações acerca de um tema já visto em outros meios de comunicação. Partindo desse pressuposto, o jornalista da revista se depara com uma nova realidade, as características do jornalismo interpretativo: explicação das causas de um fato, localização dele no contexto social (histórico) e suas consequências (ERBOLATO, 2006). Seguindo esses passos o profissional é capaz de sanar as dúvidas do seu público e proporcionar a ele um trabalho de qualidade e confiança.

4. Jornalismo de revista no Brasil

As inovações tecnológicas crescem a cada dia e no ramo da comunicação não poderia ser diferente. Com o surgimento da internet pensou-se ser o fim dos jornais impressos e das revistas que circulavam por todo Brasil. Alguns anos se passaram e mesmo com todas as mudanças os veículos tradicionais seguem no mercado. Uma revista é um veículo de comunicação, um produto, um negócio, uma marca, um objeto, um conjunto de serviços, uma mistura de jornalismo e entretenimento (SCALZO, 2003), dessa forma esse tipo de veículo se mantém nas ruas até hoje com reportagens aprofundadas e temas de extrema relevância para toda a sociedade.

As pessoas usam a internet para se informar de maneira rápida e fácil e procuram nas revistas e jornais um conteúdo aprofundado que possa explicar o tema e sanar dúvidas, como no caso das revistas *Época* e *Veja*. Aqueles que assinam esses veículos procuram mais do que o fato noticiado no dia a dia, procuram uma abordagem diferente e que relacione os fatos de forma que os outros meios de comunicação não conseguem fazer.

4.1. História da revista no Brasil

A maioria das histórias dos meios de comunicação se ligam, de alguma forma, às tecnologias, à indústria e à economia de um local. No Brasil as revistas chegaram por aqui no começo do século XIX junto com a corte portuguesa – que vinha fugindo da guerra e de Napoleão (SCALZO, 2003).

A primeira revista, *As Variedades ou Ensaios de Literatura*, aparece em 1812, em Salvador, na Bahia, e, segundo ela própria, propõe-se a publicar “discursos sobre costumes e virtudes morais e sociais, algumas novelas de escolhido gosto e moral, extratos de história antiga e moderna, nacional ou estrangeira, resumos de viagens, pedaços de autores clássicos portugueses – quer em prosa, quer em verso – cuja leitura tenda a formar gosto e pureza de linguagem, algumas anedotas e artigos que tenham relação com os estudos científicos propriamente ditos e que possam habilitar os leitores e fazer-lhes sentir a importância das novas descobertas filosóficas”. (SCALZO, 2003, p.27)

Um ano após a vinda da primeira revista ao Brasil, surge, no Rio de Janeiro, O Patriota que tinha como conteúdo a divulgação dos autores e temas típicos daqui. Essa foi a segunda revista que surgiu no país, feita por pessoas da elite intelectual da época. Os anos passaram e diferentes revistas foram surgindo abordando diferentes assuntos

e públicos. A primeira revista automobilística surgiu em 1911, chamada *Revista de Automóveis*, criada para agradar ao público masculino. Em 1905 surgiu uma das revistas que mais fez sucesso entre as crianças brasileiras, em formato de história em quadrinhos a *Tico-Tico*. É de 1939 a revista que viraria sinônimo de histórias em quadrinhos: *Gibi*, editada pela Rio Gráfica, com histórias de *Popeye*, *Super-Homem*, *Tarzan*, *Zorro* (SCALZO, 2003).

O grande marco na história da revista no Brasil acontece em 1928 quando o empresário Assis Chateaubriand funda a revista *O Cruzeiro*. Reconhecida por sua popularidade e por suas inovações, a publicação é a primeira a publicar grandes reportagens e a valorizar o fotojornalismo. Com essa inovação chegou a vender 700 mil exemplares na década de 50, se tornando uma referência para as demais revistas que viriam a surgir. O império Chateaubriand viu a sua primeira concorrente surgir na década de 50, a *Manchete*, da Editora Bloch que começou a valorizar ainda mais o fotojornalismo e o uso de recursos gráfico em suas publicações. Apesar das inovações trazidas para as revistas, *O Cruzeiro* e a *Manchete* acabaram fechando as portas, mas viram surgir a revista *Realidade*, uma das mais consideradas no Brasil.

Anos após o fechamento da *Realidade*, a Editora Abril lançou a revista *Veja*⁶, lançada em 1968. A maior aposta da editora é, até os dias atuais, uma das mais lidas no Brasil e no mundo. A semanal cresceu mais ainda após o sucesso da assinatura eletrônica e hoje é a revista mais vendida no país.

4.2. Características das revistas

Capazes de atingir diferentes públicos, esses periódicos têm como característica principal a relação com o público. O formato das revistas mudou e conta com a assinatura online, com um canal de comunicação e com uma parte reservada ao editorial, tudo para que ocorra uma identificação do público com aquele produto. Atualmente, a maioria das revistas tem uma linha telefônica e/ou um e-mail reservado exclusivamente para atender a seus leitores. Saem, então, sugestões de pauta, sente-se o pulso das seções e das matérias, medem-se os erros e acertos de cada edição (SCALZO, 2003).

⁶ A revista *Veja* ocupa a primeira posição no ranking do Instituto Verificador de Circulação, em 2016, seguida pela revista *Época*, *Cláudia* e *Istoé*.

Conhecidas por terem posições políticas, as revistas, geralmente, carregam em seus textos um tipo de opinião. Quando escrevemos, o pensamento se encarrega de transferir noções (lidas ou vividas) analisadas, transformadas e redistribuídas no discurso escrito (VILAS BOAS, 1996). Isso ocorre pela interpretação que o jornalista da dos fatos apresentados e se ele quer passar alguma imagem ao leitor. Esse tipo de prática não faz com que o jornalista deixe de lado as apurações, pesquisas e busca por fontes, partes importantes para a produção de uma grande reportagem, mas pode propor ao leitor uma determinada forma de reflexão.

Parte importante de qualquer notícia as fontes usadas nas revistas tendem a ser diferentes das usadas nos noticiários diários. Por ter mais tempo para escrever a matéria, mais informações sobre o assunto e abordar diferentes fatos dentro de um determinado tema, a escolha das fontes é mais criteriosa, buscando sempre aquela que colabore ao máximo para o conteúdo e o entendimento da matéria apresentada.

5. Fontes jornalísticas

Ao analisar um produto jornalístico e ao garantir seus critérios de noticiabilidade, abordados nas teorias apresentadas nesse trabalho, é necessário passar por determinados procedimentos. Ajudado pelas fontes, o jornalista conta com interpretações de um acontecimento que o ajudará na construção da notícia. Poucas matérias jornalísticas originam-se integralmente da observação direta. A maioria contém informações fornecidas por instituições ou personagens que testemunham ou participam de eventos de interesse público. São o que se chama de fontes (LAGE, 2001). Os veículos de comunicação utilizam de canais abertos ao público e, por meio deles, as fontes dão sugestões de pauta ou cobram a notícia sobre um determinado assunto.

As fontes podem ser de diversos tipos, testemunhais, especialistas, pessoas que falam em nome de alguma empresa, instituição, governo ou autorizadas a falarem por uma determinada marca ou causa. As fontes se dividem em categorias, oficiais, oficiosas e independentes; as primárias e secundárias e as testemunhas e experts.

5.1. Fontes oficiais, oficiosas e independentes

As fontes oficiais são aquelas mantidas pelo Estado ou instituições como as juntas comerciais e os cartórios de ofício. Essas são conhecidas por serem confiáveis, geralmente divulgam dados, como cita Nilson Lage.

São tidas como as mais confiáveis e é comum não serem mencionadas: os dados que propõem são tomados por verdadeiros. Assim, acontece de citarmos a população de uma cidade brasileira sem mencionar que ela foi estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ou divulgamos o Produto Interno Bruto (PIB) sem nos referirmos à repartição que o calculou (LAGE, 2001, p. 63).

As fontes oficiais tendem a não entregar todas as informações das quais dispõem para falar, apenas, sobre as que lhe convém. Apesar de confiáveis, tendem a esconder muitos dados que possam de alguma forma comprometer seu interesse.

As fontes oficiosas geralmente são pessoas ligadas à uma entidade, mas que não são autorizadas a falar. O que significa que o que disserem poderá ser desmentido (LAGE, 2001). Apesar de não serem extremamente confiáveis, tendem a denunciar

quando as fontes oficiais escondem algo em benefício próprio. Outra característica dessas fontes é o anonimato. É comum ligar esse tipo de fonte a boatos. Essas podem dar alguma informação com o intuito de se beneficiar ou fazer alguma denúncia em relação ao governo.

Diferente das fontes anteriormente citadas, as fontes chamadas de “independentes” têm sua imagem ligada às organizações não governamentais (ONGs) e sempre defendem algum interesse em prol da causa que apoiam. Com isso, não são consideradas confiáveis, já que a nobreza do fim pode justificar, na representação de realidade deles, a falsidade de dados (LAGE, 2001). Em sua maioria já apresentam as pautas prontas e não apenas a ideia.

5.2. Fontes primárias e secundárias

Outra categoria de fonte presente no jornalismo é a fonte primária. Essa fonte é a base do jornalista para a matéria, ela fornece informações, descrições e versões dos fatos. Essas proporcionam para o jornalista a retratação da realidade que ele procura apresentar na matéria. Fontes primárias são aquelas em que o jornalista se baseia para colher o essencial de uma matéria (LAGE, 2001).

Antes mesmo de colher os depoimentos das fontes escolhidas para enriquecer o seu texto, o jornalista procura entender sobre o assunto que irá tratar, buscando na história informações, buscando dados e ouvindo pessoas que possam ajudar na construção da matéria. Essas pessoas são as fontes secundárias, consultadas para a preparação da pauta ou a construção das premissas genéricas ou contextos ambientais (LAGE, 2001).

5.3. Testemunhas e *experts*

Diferentemente das outras fontes citadas, a fonte testemunhal é aquela que, de modo geral, leva em sua fala uma carga de emoção acerca do tema tratado. Essas pessoas relatam o ocorrido podendo fazer de imediato ou após um tempo. Entende-se que dentro do relato dessas testemunhas o mais confiável tende a ser o imediato.

Ele se apoia na memória de curto prazo, que é mais fidedigna, embora eventualmente desordenada e confusa; para guardar fatos na memória de

longo prazo, a mente reescreve como narrativa ou exposição, ganhando em consistência o que perde em exatidão factual (Lage, 2001, p. 67)

O uso da fonte testemunhal em uma matéria é sempre muito importante, tendo em vista a narrativa dos fatos, mas é preciso cuidado, ao se consultar esse tipo de fonte. Recomenda-se ouvir duas ou três fontes que não se conhecem para a construção da informação. Toma-se como verdade, aí, o que é o mínimo comum aos três relatos, separando o que é fato do que é versão ou interpretação (LAGE, 2001).

Como já apresentado, o jornalista faz uma pesquisa prévia para saber um pouco mais sobre o assunto que irá tratar. Em meio à essa busca ele pode recorrer aos *experts* para esclarecer alguns fatos e ajudar na interpretação do tema tratado. De fato, esse tipo de fonte enriquece não só a produção da matéria, mas o entendimento de quem a escreve.

Um cuidado preliminar é o de formular, pelo menos no início, perguntas pertinentes – nada incomoda mais um especialista do que questões disparatadas. No entanto, é preciso não abandonar um tema sem que se tenha entendido a explicação; afinal, é difícil escrever sobre algo que não se tem um modelo mental consistente. (LAGE, 2001, p. 67)

Com todos esses recursos e informações à altura o jornalista pode, então, produzir sua matéria. Importantes para o entendimento do assunto e o esclarecimento dos fatos, as fontes são para os jornalistas recursos que o ajudam, acima de tudo, a conhecer mais sobre o tema tratado e a retratar com clareza o fato ocorrido.

6. Sensacionalismo e espetacularização da notícia

Enraizado no jornalismo brasileiro e popular entre as pessoas, o jornalismo sensacionalista ganha força a cada dia. Ainda não se sabe quando o jornalismo sensacionalista, popularmente chamado de “imprensa marrom⁷” surgiu no Brasil. O sensacionalismo parece ter se enraizado na imprensa desde seus primórdios (ANGRIMANI, 1995).

É possível ver, todos os dias, nos mais diversos veículos de comunicação, matérias de cunho sensacionalista, principalmente quando se trata de temas policiais. Ao reproduzir determinadas notícias alguns veículos de comunicação acabam reforçando estereótipos, preconceitos e aumentando a intolerância, fazendo com que aquele que se encontra nesse contexto seja tratado com o maior distanciamento possível da sua condição de cidadão.

Usado de forma equivocada, o termo sensacionalista faz referência a uma imprensa com pouca credibilidade, que não corresponde às expectativas do público. Em seu livro “O Capital da Notícia”, Marcondes Filho descreve a imprensa sensacionalista como sendo, para o trabalhador, um “fator de equilíbrio emocional necessário para não entrar em pane”.

No fundo a imprensa sensacional trabalha com emoções(...). É o desencadear de atos, ações, campanhas contra pessoas, instituições, grupos sociais que vai servir de matéria-prima para as futuras perseguições. O jornal sensacionalista reforça preconceitos sociais (incriminação de menores marginais, de mães solteiras) contra minorias sexuais, contra opositores políticos (MARCONDES FILHO, 1989, p. 89).

Nesse sentido a imprensa faz com que as pessoas forcem esse tipo de comportamento, mostrando a intolerância em frente a determinadas situações e deixando de lado a real causa do problema. Cria-se então uma revolta social contra aquelas pessoas que se encaixam nos perfis enfatizados pela mídia.

Ao reforçar os estereótipos da sociedade, os programas e jornais sensacionalistas se preocupam em passar uma imagem e repetem, quase que sistematicamente, a ideia comum e o jargão popular do “bandido bom é bandido morto” com o intuito de desviar

⁷ O termo imprensa marrom, antes chamado de imprensa amarela, foi inspirado do usado nos EUA *yellow press*. O jornalista Calazans Fernandes apropriou o nome para marrom ao dar uma notícia de caráter trágico. Desde então, o termo é utilizado quando o jornalismo se refere à uma notícia espetacularizadora.

o olhar da sociedade para o real problema, exaltando o sentimento ao contrário da razão.

Tidos como fortes influenciadores na opinião pública e na maioria da população que procura esse tipo de veículo de informação para “aliviar” as tensões do dia a dia, não é difícil identificar uma “condenação social” da mídia em relação a uma pessoa que cometeu um crime. Ao apresentar uma notícia e colocá-la de forma que o público se identifique com o conteúdo exposto Marcondes cita que o importante é apresentar ‘criminosos’ à opinião pública, aos quais se possam transferir ódios acumulados, preconceitos, sadismos de toda espécie. Dessa forma, é possível ver um reforço na sensação de medo constante vivido nas grandes cidades brasileiras, principalmente aquelas onde se encontram Estabelecimentos Prisionais. Reconhecidos como lugares lotados e com precárias condições de segurança, os presídios brasileiros têm sido apresentados pela mídia sensacionalista como verdadeiros “zoológicos humanos”, onde homens que cumprem pena por não cumprirem as leis são deixados e esquecidos. Mas esse esquecimento só dura enquanto algo “inesperado” não acontece.

6.1. A mídia sensacionalista e a crise no Sistema Penitenciário Brasileiro

O primeiro dia do ano, comumente lembrado pelas festas que celebram a chegada do novo ano e pelos fogos de Copacabana. Logo nas primeiras horas do dia o país se esqueceu das festas, sempre presentes no roteiro dos noticiários e voltou os olhos para os “esquecidos” do Amazonas. A notícia de uma rebelião no Complexo Penitenciário Anísio Jobim (Compaj), no primeiro dia de 2017, foi um choque para os milhões de brasileiros. A mídia, ao se deparar com aquela situação inesperada, tentava de qualquer forma conseguir informações para passar à população.

Assunto pouco divulgado na mídia, a situação do sistema penitenciário brasileiro se mostrou com um choque para a sociedade e os veículos de comunicação do país. Tratada com um tom sensacionalista, formando estereótipos como o já citado “bandido bom é bandido morto”, é necessário mudar e desfazer essa afirmação desses tipos de imagens e opiniões. As imagens de dentro do complexo penitenciário logo se espalharam pelas redes sociais o que levou milhares de pessoas a procurarem informação acerca do ocorrido na mídia sensacionalista, buscando reforçar suas opiniões e seus pré-conceitos.

A grande massa não lê os grandes jornais (liberais), os meios que a atingem são de outra natureza, são os que se prestam a dar pinceladas de informação devidamente temperadas com elementos atrativos e sensacionais. É uma imprensa que não se presta a informar, muito menos formar. Presta-se básica e fundamentalmente a satisfazer as necessidades instintivas do público, por meio de formas sádicas, caluniadoras, ridicularizadoras das pessoas. (MARCONDES, 1989, p. 89)

Ao satisfazer o público com notícias que mostram o pior lado do ser humano, a mídia o condena antes mesmo da justiça. Os rostos estampando jornais e programas sensacionalistas, a linguagem utilizada ao conversar com o telespectador, leitor ou ouvinte, a reprodução sistemática do senso comum, todos esses pontos demonstram o poder dos veículos de comunicação ao influenciarem conceitos e reforçarem pré-conceitos.

Tido para muitos profissionais da área como uma vergonha perante a ética do jornalismo, ocorre que a cada dia as pessoas procuram mais e mais esse tipo de distração. Encarados até como diversão, esses programas ridicularizam o homem e o colocam como um “animal” que deve ser preso para não causar mais danos. O engano nesse discurso, que distorce a realidade e deixa as pessoas que passam por essa situação invisíveis, é o de que homens momentaneamente privados de liberdade a terão de volta. Diante dessa reflexão é possível questionar como fica a responsabilidade social da mídia, com a premissa de dar voz àqueles que não têm, em relação a esse grupo invisibilizado e condenado por ela.

6.2. A liberdade e a prisão social

Entende-se que quando aprisionadas as pessoas lutam (“com violência”) e procuram se libertar (MARCONDES, 1989). Muitas vezes essa luta se apresenta por meio de conflitos vistos nos diversos estabelecimentos prisionais espalhados pelo Brasil. É nesse contexto, onde os principais direitos são negligenciados por um Estado que não tem organização para assistir da devida forma aqueles que estão sob sua tutela, que, ao mostrar para a sociedade, de forma espetaculosa, a vida desses seres humanos o jornalista acaba indo “contra” uma das principais crenças da profissão a de mostrar a verdade diante dos fatos. O que se vê é a busca pela audiência e atenção do público através da exagerada criação de sentimentos e dos inúmeros reforços de preconceitos e estereótipos.

Há apenas um reforço maior em elementos como o apelo ao sentimentalismo e o abandono às teorizações. Assim como a infantilização do leitor, o sentimentalismo desvia a possibilidade de uma apreensão amadurecida dos fatos sociais. (MARCONDES, 1989, p.92)

A construção da matéria, o trabalho cansativo do jornalista e as suas experiências e conhecimento fazem com que este profissional coloque um toque pessoal na construção da notícia. Como a atividade produtiva exige integralmente a atenção e o desgaste físico e emocional do trabalhador no processo de trabalho, este encontraria nos fatos sensacionais o equilíbrio emocional necessário para não entrar em pane (MARCONDES, 1989).

7. A violência e a comunicação

Tido como um dos principais questionamentos desse trabalho, a invisibilidade do sistema penitenciário no Brasil vai além do trabalho do jornalista, se trata da sua função social. Com o crescimento da violência e da criminalidade, a mídia, ao longo dos anos, veio abrindo espaços para tratar desse assunto como relata Celso Rodrigues e Gabriel Webber Ziero.

Espaços se abrem nos veículos de comunicação de massa para narrar e dramatizar situações de ofensa criminal. Coberturas jornalísticas penetram em casas prisionais ou acompanham o cotidiano das rotinas policiais em busca das imagens mais chocantes, capazes de descrever o real em sua crueza (RODRIGUES; ZIERO, 2014, p. 568).

Encontrando espaço nos veículos de comunicação, a violência mostrada coloca em choque um dos principais direitos do ser humano: a liberdade. Aprisionados não só pelos muros das penitenciárias, mas pelo julgamento da sociedade, esses homens “esquecidos” se mostram cada dia mais, fazendo com que a mídia não os esqueça tão facilmente.

7.1. O jornalista e a relação com os invisíveis

Entendida como transmissora da realidade, a mídia é um instrumento de influência social. Ao realizar o processo de escolha e reprodução do fato o próprio jornalista, sem perceber, faz a distinção entre o visível e o invisível. Essa escolha é tratada, como visto anteriormente, na Teoria do *Gatekeeper*.

Tida como “quarto poder”, a comunidade jornalística é capaz de fazer com que as pessoas, ao tomarem conhecimento de um fato, o interpretem da forma como é apresentado, sem ser exigida, necessariamente, uma reflexão sobre o assunto. No caso das notícias relacionadas aos grupos sociais invisibilizados dentro da sociedade, a premissa da verdade absoluta se reforça devido à escassez de informações sobre eles e às matérias de cunho sensacionalistas. Dessa forma os veículos de comunicação reproduzem os fatos dentro de um contexto específico.

Reconhece-se na atualidade o papel social indispensável da mídia no contexto da democracia e a sua atividade no controle social dos organismos de

segurança pública já foi salientado. No entanto, as coberturas jornalísticas na maioria das vezes reescrevem os relatos dos policiais a partir de um tratamento superficial e individualizado da problemática criminal (RODRIGUES; ZIERO, 2014, p. 572).

Conhecida por seu forte controle em relação às políticas governamentais, a mídia retrata o homem sob a tutela do estado como se não fosse parte da sociedade, não sendo raro encontrar notícias que os condenem antes mesmo do juiz. É comum ver um determinado distanciamento quando o assunto são os ambientes penitenciários ou quando se trata da privação da liberdade de uma pessoa, tendo em vista que para o ser humano aquilo que não é visto, não existe. Dessa forma a comunidade jornalista passa de controladora do governo para uma vitrine da degradação humana.

7.2. O discurso em relação aos invisíveis

Diante de situações como a abordada nesse trabalho, a mídia procura sempre a estigmatização daqueles que são representados. Os invisíveis não são ouvidos e diante dos valores sociais se tornam figuras pouco confiáveis, cada vez mais abstratas para a sociedade. Quando acontece de terem voz, a retratação sensacionalista e espetacularizadora dessas pessoas acentua, ainda mais, a exclusão social desse grupo. A situação se agrava quando é colocada em prática a percepção de preconceitos e estereótipos, podendo afirmar, ainda, que a violência social e o crime, na ordem do discurso, se configuram em verdadeiros idiomas de exclusão que organizam a definição do “outro” (RODRIGUES; ZIERO, 2014).

Pouco se fala nos reais problemas enfrentados quando o discurso incluiu pessoas que, ao olhar do Estado, não são lembradas. Essa situação reflete não só no governo, mas na abordagem da mídia acerca do assunto. É comum ver nas notícias espaço para fontes oficiais falarem sobre a realidade do crime no Brasil, dados que representam a situação de milhares de pessoas, e não dando voz ao outro lado da história. Diante dessa situação, a mídia apresenta os temas tratados apenas nos momentos em que ocorre uma “crise”, se esquecendo do assunto durante os intervalos entre elas.

Com o avanço na tecnologia e na internet as pessoas têm acesso às informações de forma muito mais rápida do que acontecia alguns anos atrás. Mas, mesmo com essa facilidade, as pessoas ainda buscam nos veículos tradicionais a informação que consideram mais confiável. Essa credibilidade buscada pelo público se apresenta não

só no nome da notícia, mas nos valores sociais que elas transmitem. No tema crime e prisão os valores apresentados na construção da identidade do outro reforçam a ideia de inimigo e a distinção entre os homens bons e os ruins.

Além disso, a construção identitária do outro como inimigo se estabelece para cristalizar uma contínua guerra entre o bem e o mal; entre aqueles que estão na sociedade e aqueles que estão fora dela; os que “merecem” têm que “pagar”. (...) onde o bem (a lei; a sociedade) triunfa sobre o mal (o crime; o criminoso). Neste trajeto, tais decotomizações, relembram à sociedade os perfis típicos do inimigo socialmente definido e que fornece sentido, à própria sociedade que os nomeia, ou melhor, tipifica. (RODRIGUES; ZIERO, 2014, p. 581).

Ao relembrar a sociedade sobre o perfil do inimigo, a mídia reforça o preconceito e a exclusão, tratando do assunto de maneira espetacularizadora. Esse estilo de notícia, então, atrai as pessoas a consumirem o sensacionalismo e a reforçarem suas crenças.

8. Metodologia de pesquisa

O trabalho apresentado percorreu o caminho metodológico da observação sistemática da documentação disponível. Foi feita a seleção dos veículos de comunicação escolhidos para a análise dos textos, a análise de conteúdo do assunto escolhido a ser tratado e o formato de como as narrativas apresentaram as informações. Dessa forma, a análise pode ser dividida, de forma que pudesse ser comparada a forma como cada veículo de comunicação abordou o tema tratado.

Foram selecionadas as edições 2512 (da Revista Veja) e 968 (da Revista Época), com as capas que fizeram menção ao episódio ocorrido no Amazonas.

Os títulos dos textos da Época são os seguintes:

-“O grito da morte vem das cadeiras” – pág. 29 à pág. 36 (Hudson Corrêa e Daniel Haidar)

Os títulos dos textos da Veja são os seguintes:

- “Chegou a conta da barbárie” – pág. 48 à pág. 50 (Caio Guatelli)

- “Permitido matar e decapitar” – pág. 51 à pág. 53 (Leslie Leitão)

- “O dono da vida e da morte” – pág. 54 à pág. 58 (Leslie Leitão)

- “Metástase do horror” – pág. 59 à pág. 61 (Felipe Frazão)

É importante ressaltar que a Análise Pragmática da narrativa é um campo e um método de análise das práticas culturais (MOTTA, 2007). A análise procura compreender as relações humanas através das narrativas, tendo como objeto de estudo nesse trabalho as revistas. De acordo com Motta, os discursos narrativos midiáticos se constroem através de estratégias comunicativas (atitudes organizadoras do discurso) e recorrem à operações e opções (modos) linguísticos e extralinguísticos para realizar certas intenções e objetivos.

Para construir a notícia e sua narrativa, o jornalista busca elementos na história e, nas grandes reportagens, recria a ordem dos fatos, ligando uns aos outros. Partindo desse ponto, a análise pragmática analisa não as notícias isoladas, mas o conjunto das notícias publicadas acerca de um mesmo tema, e seus desdobramentos. A realidade recriada adquire então nova estrutura, clímax e desfechos de histórias que se encaixam em uma narrativa inédita e completa (MOTTA, 2007).

Na análise pragmática da narrativa o pesquisador busca interpretar a dinâmica do que é observado dentro de um todo e, para isso, se baseia em seis movimentos que o ajudem nessa análise e interpretação;

- 1) Recomposição da intriga ou do acontecimento jornalístico
- 2) Identificação dos conflitos e da funcionalidade dos episódios
- 3) A construção de personagens jornalísticas (discursivas)
- 4) Estratégias comunicativas
- 5) A relação comunicativa e o “contrato cognitivo”
- 6) Metanarrativas- significados de fundo moral ou fábula da história

Esquematisando a análise, o processo de seleção das revistas se deu de acordo com sua circulação no país e qual revista deu como capa a situação dos presídios brasileiros e seus desdobramentos, partindo do ocorrido no Amazonas no primeiro dia de janeiro de 2017. De acordo com o Instituto Verificador de Informação, fonte consultada para fazer a seleção, as revistas *Época* e *Veja* são as de maior circulação e foram essas que estamparam em suas capas as reportagens acerca do tema.

Com base nos movimentos detectados por Motta, após a primeira triagem dos objetos a serem analisados, a avaliação da matéria levou em conta para este trabalho as características da narrativa das reportagens, sendo divididas nas seguintes categorias:

- 1) **Enfoque da reportagem:** como a revista apresentou o tema em questão, se foram abordados seus possíveis desdobramentos ou se a reportagem deu enfoque apenas no factual. Sendo observada, também, a forma como ocorre a problematização e o possível contexto do tema tratado. Na reportagem foram analisados os pontos em destaque no texto, como as citações colocadas em evidência e os recursos gráficos utilizados.
- 2) **Linguagem utilizada:** foi analisado se ocorreu o uso de uma linguagem que reforce estereótipos ou preconceitos, fazendo juízo de valor sobre os envolvidos, ou se a linguagem usada priorizou a informação de forma objetiva. Foram analisados, ainda, os pontos em destaque no texto, como as citações colocadas em evidência e os recursos gráficos utilizados, além da forma de narrativa utilizada.

- 3) **Fontes consultadas:** na análise das fontes foram relacionados os tipos de fontes utilizadas, quem são essas pessoas que prestam as informações e se essas representam alguma tendência.

- 4) **Responsabilização do Estado:** nessa parte foi analisada a forma como o Estado é tratado na matéria. Se ele é colocado dentro de um contexto e responsabilizado ou se é tratado como uma figura distante do ocorrido.

- 5) **Tendências da narrativa:** nesse ponto foi analisado se a narrativa é tendenciosa, podendo ser sensacionalista ou apenas divulgando a informação.

- 6) **Representação do detento:** foi analisado como a figura do detento é tratada na matéria, se sua descrição reforça o estereótipo criado pelo sensacionalismo e a ideia de estar fora da sociedade ou se o apresenta como parte integrante do sistema social. Além disso, foi analisado se ele é apontado como o problema central da situação ou se essa responsabilidade é diluída na matéria.

9. Análise metodológica

Conforme enunciado no capítulo anterior de método, foram selecionados textos da *Época* e da *Veja* para serem observados mais detalhadamente sobre o episódio no Complexo Anísio Jobim, no Amazonas. Dentro do que foi estipulado, seguem abaixo as principais análises dos materiais.

Revista *Época*:

a) “O grito da morte vem das cadeias” – pág. 29 à pág. 36

a.1) Enfoque da reportagem

A cobertura apresentada pela reportagem mostra a situação ocorrida no Amazonas inserindo-a em um contexto histórico e temporal, comparando à ocorrida em São Paulo, em 1992, no episódio do Carandiru, onde 111 presos foram mortos pela Polícia Militar, com ordem do Estado, conforme é noticiado, “Em 24 anos, só mudaram os algozes: agora são os próprios presos, não a polícia”.

Ao contextualizar o evento, foi narrado que, ao ser colocado dentro de uma cronologia, o juiz da Vara de Execuções Penais, Luís Carlos Valois e a tropa de choque foram chamados no local “Por volta das 22 horas, a tropa de choque ameaçava invadir o cárcere, superlotado com 1.224 presos onde deveriam estar no máximo 454. Os líderes da rebelião pediram à polícia para conversar com Valois”.

Após a conversa com o juiz os detentos aceitaram liberar três funcionários feitos de reféns, “No fundo, foi só um pretexto para matar”, disse o juiz após ver as cenas dentro do presídio. Ao apresentar os possíveis responsáveis pelo massacre, as facções Primeiro Comando da Capital (PCC), o Comando Vermelho (CV) e a Família do Norte (FDN), a revista conta o surgimento e a forma de atuação de cada uma, “A Família do Norte, protagonista da selvageria em Manaus, é aliada do Comando Vermelho. Na semana passada, a FDN concretizou a vingança contra o PCC, planejada desde 2015”. O relato feito sobre as facções criminosas as compara com a organização de grandes empresas, não abordando quem são

os homens responsáveis pelo negócio. Durante a reportagem não aparecem atribuídas aos detentos, famílias de detentos ou advogados, deixando que sua imagem seja retratada pelas fontes ligadas ao Estado. Dessa forma, a versão apresentada dos fatos foi a posição do governo.

a.2) Linguagem utilizada

A manchete “O grito de morte vem das cadeias” apresenta a situação vivida nos presídios brasileiros, e apresenta o local com características que contribuam para que ocorra a violência e as revoltas como as cenas vistas no Amazonas. Ao relatar os acontecimentos, a reportagem apresenta descrições na narrativa e o uso de legenda nas imagens que mostram a espera das mulheres por informações no IML.

Os destaques gráficos encontrados no corpo do texto: “Na portaria do IML, Carla só tinha no celular uma foto do rosto desfigurado do namorado” e “O massacre era planejado desde 2015, mas foi adiado porque os criminosos foram isolados” chamam a atenção do leitor para as cenas ocorridas no presídio. As palavras “carnificina”, “selvageria” e “massacre” são encontradas três vezes ao longo do texto, lembrando o leitor de situações de violações de direitos, aproximando os envolvidos na situação da condição de animais. A palavra “guerra”, na capa da revista e uma vez no texto traz o sentido da reportagem. A expressão “banho de sangue” na passagem “O banho de sangue é a forma como os criminosos disputam mercado, em uma briga por um naco de bilhões movimentados ilegalmente, todo ano, pelo tráfico de drogas no Brasil”, se refere a crimes e homicídios cometidos pelas facções para o controle do tráfico de drogas e do crime no país.

a.3) Fontes consultadas

Prevalecem as fontes oficiais no texto, apresentando a fala de três autoridades públicas, o Diretor do Departamento de Perícia, Jefferson Mendes; o Juiz da Vara de Execuções Penais, Luiz Carlos Valois; Ministro da Justiça, Alexandre de Moraes.

Não há no texto explicações ou histórias dos familiares ou advogados dos detentos envolvidos na situação. As versões dos fatos não apresentam os outros lados do ocorrido, apenas a visão dos representantes do Estado, como na passagem do juiz Luís Carlos Valois sobre as cenas que viu dentro do complexo, “Estava cheia de braços e pernas misturados que saíam pela tampa. Vi um corpo queimado. Então me aproximei dos reféns, mas eles não me enxergaram”.

a.4) Responsabilização do Estado

Ao apresentar a possível participação do Estado no contexto do massacre ocorrido, a matéria mostra a falta de controle deste dentro das unidades prisionais de todo o país “Há algum tempo presídios são de domínio dos criminosos, um território onde o Estado tem controle apenas dos muros para fora”.

A crítica em relação à atuação do governo nessa área recai, principalmente, sobre a “negligência” ao serem avisados sobre a possível existência de uma revolta, como é destacado no texto. Após o ocorrido, a empresa Umanizzare, que cuida do presídio, declarou não ter responsabilidades sobre o ocorrido, pois teria avisado ao governo. “A Umanizzare disse que alertou a Secretaria de administração Penitenciária sobre os riscos das visitas no final do ano”. O governo se eximiu da responsabilidade, jogando a culpa na empresa.

Diante desse cenário, outra crítica é apresentada em relação à postura do ministro da justiça, Alexandre de Moraes ao tentar desmentir a responsabilidade do governo falando que “os massacres eram produto de uma guerra entre facções do crime organizado”. A postura do Presidente Michel Temer também é comentada, pois ele demorou três dias para dizer algo sobre o massacre.

a.5) Tendências da narrativa

A narrativa da matéria apresenta críticas ao trabalho dos governos estaduais e federal em relação à situação do sistema penitenciário brasileiro, como na passagem “A matança deixou claro o descontrole do governo sobre Compaj”. O uso das expressões “massacre”, “carnificina” e “selvageria” revela o tom da

cobertura ao apresentar imagens dos cadáveres do massacre atizando a curiosidade do leitor.

a.6) Representação do detento

A reportagem não ouve nenhum dos detentos (nem seus advogados de defesa) envolvidos na rebelião do Compaj. No texto são identificados, segundos os relatos das fontes ligadas ao Estado, os que seriam os principais “responsáveis” pelo ocorrido. São citados os fundadores da FDN Gelson Carnaúba e José Roberto Fernandes Barbosa. A eles são atribuídos os papéis principais, mas esse ponto de vista é dado, apenas, por informações apresentadas pela polícia e pelo governo, como no trecho, “A FDN é considerada hoje a terceira maior facção criminosa do país. Nasceu em 2012 por iniciativa dos traficantes Gelson Carnaúba, o G, e José Roberto Fernandes Barbosa, conhecido como Perturba ou Z, após uma temporada em penitenciárias federais, onde se aproximaram de chefões do Comando Vermelho, como o traficante Márcio Nepomuceno, o Marcinho VP”.

Texto	O grito da morte que vem das cadeias.
Enfoque da reportagem	O texto apresenta uma comparação entre o ocorrido no COMPAJ Amazonas, 2017, e no Carandiru, em São Paulo, 1992.
Personagens	Perito criminal Joel Braga: Diretor do Departamento de Perícia. Jefferson Mendes: Juiz da Vara de Execuções. Luís Carlos Valois: Ministro da Justiça, Alexandre de Moraes: Líderes da FDN, José Roberto Fernandes Barbosa, Gelson Carnaúba: um dos líderes do CV Marcio Nepomuceno: o Presidente Michel Temer.
Palavras que marcam o texto	Carnificina; guerra; massacre; selvageria; matança.
Responsabilidades do Estado	Omissão diante os avisos sobre s possível ocorrência do massacre; Falta de controle e presença do Estado dentro dos estabelecimentos prisionais; O fato do Presidente Michel Temer ter se retratado três dias após o ocorrido; A citação do Ministro da Justiça Alexandre de Moraes ao tentar desmentir a responsabilidade do governo.

Tendências narrativas	Tendência sensacionalista ao veicular a foto dos cadáveres e ao fazer uso das palavras de reincidência.
Representação dos detentos	Os invisíveis não são representados na matéria, tendo em vista que nenhuma das fontes consultadas são familiares, detentos ou seus advogados

Revista Veja:

b) “Chegou a conta da barbárie” – pág. 48 à pág. 50

b.1) Enfoque da reportagem

A matéria apresenta uma versão dos fatos ocorridos no massacre do presídio do Amazonas, a responsabilidade do Estado e a visão da sociedade sobre o episódio. Ao falar sobre a sociedade, o texto supõe que a sociedade aceite as barbaridades por que está “exausta com crimes e bandidos”.

A narrativa aborda as possíveis responsabilidades do Estado: “A prisão é, por natureza, território do Estado. É o Estado que define quem entra e quem sai de seus domínios. Define tudo: a hora de dormir, de comer, de trabalhar (...). O texto cita, ainda, a possível ocorrência de novos episódios no Amazonas devido aos problemas estruturais encontrados nesses ambiente como trata no trecho “as cenas dantescas podem vir a se reproduzir nos superlotados presídios do Brasil, território livre onde quadrilhas exterminam rivais e exibem poder”.

A reportagem apresenta, também, a negligência do Estado ao ignorar os sinais de que a rebelião iria acontecer e a falta de contingente de agentes no local, “(..) Foi tudo ignorado. Também apontava a existência de seis agentes penitenciários para cuidar de mais de 1.000 presos”. A sociedade estaria, então, “desorientada em meio ao nevoeiro de ideia medieval de que cuidar das prisões e respeitar os direitos humanos de presos equivale a premiar a bandidagem”.

b.2) Linguagem utilizada

A manchete “Chegou a conta da barbárie”, ao empregar a palavra “conta” dá a entender que existia uma relação de situações anteriores ao fato, mas que só ganharam atenção quando o episódio do início de janeiro ocorreu. O uso da imagem dos mortos em um container ilustra a descrição dada pelas fontes. A imagem das mãos dos presos na janela da porta da cela acompanha a linguagem na ocorrência dos termos “massacre”, “chacina bestial”, “cenas de animalidade”, “selvageria” e “trincheiras”, no sentido de desumanização do cenário, apontado como espaço de violações de direitos.

b.3) Fontes consultadas

Não são presentes na reportagem citações atribuídas a fontes, mas sim apenas o relato do jornalista de documentos feitos por órgãos do governo, como Ministério da Justiça, Conselho Nacional de Justiça, Polícia Federal e Secretaria de Administração Penitenciária do Amazonas, descrevendo a situação no presídio.

b.4) Responsabilização do Estado

O texto da matéria apresenta o que seria a responsabilidade do Estado em relação ao ocorrido, especificando as denúncias feitas pelo Ministério da Justiça e Conselho Nacional de Justiça, Polícia Federal e Secretaria de Administração Penitenciária sobre as péssimas condições do Compaj e a possível revolta e fuga dos presos, “Há um ano representantes de órgãos vinculados ao Ministério da Justiça visitaram os presídios amazonenses e relataram que a situação entre os presos era explosiva e a administração, omissa. Em outubro, uma inspeção do Conselho Nacional de Justiça qualificou as condições no Compaj como ‘péssimas’”. É revelado, ainda, ser de domínio do Estado os ambientes carcerários, “A prisão é, por natureza, território do Estado”.

A narrativa aponta, também, a falta de agentes penitenciários no local, “os bandidos da FDN brandiram seus facões no Compaj, no primeiro dia do ano, sem encontrar resistência. O número de policiais era ínfimo – um áudio divulgado nas redes diz que apenas três patrulhavam os muros”.

b.5) Tendências da narrativa

A narrativa apresenta logo em seu título a ideia de que seria permitido matar, ideia essa que se remete ao sensacionalismo da mídia, uma vez que matar é considerado pela lei um crime. Logo, como seria permitido esse ato em um estabelecimento do Estado. Outro apontamento no texto é o objetivo da FDN, “o ataque cumpriu seu objetivo de mostrar do que é capaz a Família do Norte (FDN), a maior facção criminosa da região”.

Com os relatos feitos apenas por fontes ligadas ao governo, é vista que a narrativa tende ao sensacionalismo. A mesma situação ocorre quando observada a imagem de ilustração da reportagem.

b.6) Representação dos detentos

Ao representar as pessoas invisibilizadas, a reportagem cita o suposto mandante da rebelião na penitenciária, conhecido Garrote (a reportagem não cita o nome), e a ação dos presos, “Na confusão, detentos liderados pelo suposto ‘xerife’ Garrote e seus comparsas abriram um buraco na parede da ala reservada ao regime semiaberto. Do outro lado estava o ‘seguro’, alojamento dos presos com a vida em perigo. Entraram e começaram a matar. E a decapitar”.

Texto	Chegou a conta da barbárie.
Enfoque da reportagem	A possível visão da sociedade em relação aos presos no Brasil; As responsabilidades do Estado em relação à crise no sistema penitenciário.
Personagens	Presidente Michel Temer; “xerife” do crime no Compaj, Garrote.
Palavras que marcam o texto	. “massacre”; “chacina bestial”; “cenas de animalidade”; “selvageria” e “trincheiras”.

Responsabilidades do Estado	. Denúncias feitas por órgãos do governo sobre a situação da penitenciária.
Tendências narrativas	. Sensacionalista ao apresentar a imagem dos corpos do presídio em uma caçamba; A realidade é apresenta, apenas, segundo os reatos de fontes ligadas ao governo.
Representação dos detentos	Os invisíveis não são representados na matéria, tendo em vista que nenhuma das fontes consultadas são familiares, detentos ou seus advogados

c) “Permitido matar e decapitar” – pág. 51 à pág. 53

c.1) Enfoque da reportagem

O texto da reportagem apresenta qual o objetivo da Família do Norte ao executar seus inimigos dentro da cadeia, a maioria membros do PCC, “A Família do Norte quer, sim, exterminar os desafetos. Mas quer também acumular crueldades para encurralar os órgãos de segurança e investir-se de peça imprescindível no xadrez original”. Ao relatar o massacre ocorrido, o texto se prende a detalhes de morbidez das mortes, como no trecho, “Um deles, o taxista Paulinho Arrochador, foi esfaqueado a golpes de faca, teve a cabeça exibida por homens com touca de ninja e, depois, exposta em cima do próprio corpo, em meio a gargalhadas de quem filmava”.

Ao abordar a FDN, criada em 2007, a matéria conta como ela se fortaleceu e como faz para crescer, “A FDN reagiu reforçando sua estrutura e executando sumariamente quem se alia ao inimigo. O combate mais virulento acontece nas cadeias. As lideranças da FDN, como de resto toda a alta cúpula do tráfico do Brasil, estão atrás das grades. Mas, de dentro dos presídios, dão as ordens, coordenam as finanças e ampliam sua rede”.

O texto apresenta, ainda, o motivo da guerra entre as facções, “Até o meio deste ano, o CV tinha negócios em comum com o PCC e serviria de anteparo para a briga dos paulistas com os nortistas. Mas o acordo degradingolou (o ambicioso PCC, inclusive, começou a fincar pé no Rio de Janeiro), e a guerra explodiu”.

c.2) Linguagem utilizada

A manchete do texto “Permitido matar e decapitar” apresenta a suposta falta de controle do Estado em relação aos homens que estão sob sua tutela. A linguagem utilizada no texto tem como característica a descrição dos acontecimentos e utiliza a expressão “macabro” para narrar o trabalho dos peritos ao montarem as partes dos corpos que chegavam do complexo. As palavras “barbárie” e “guerra” são utilizadas para tratar do ocorrido no Amazonas.

Um recuso utilizado na reportagem é o uso de uma tabela que aponta as principais facções brasileiras, PCC, CV, FDN, Bonde dos 40 e Sindicato do crime, discriminando suas criações, locais de atuação e as ações mais ousadas, como mostra a da FDN, “antes do brutal massacre de Manaus, o bando, aliado do Comando Vermelho, do Rio, fora alvo de investigação da PF. Chamou atenção em 2015, depois da apreensão de um barco com 200.000 reais em dinheiro no Rio Solimões. É aliada de traficantes ligados às Farc da Colômbia”.

A imagem utilizada para ilustrar a matéria mostra familiares e policiais do lado de fora do presídio. Enquanto as famílias procuram notícias da situação, os policiais se colocam em pé e enfileirados, como se fizessem uma barreira de isolamento do local.

c.3) Fontes consultadas

É apresentada no texto a citação de um agente da Secretaria Nacional de Segurança Pública, um agente penitenciário e um guarda do presídio. Foi consultado, ainda, o juiz da Vara de Execuções Penais, Luiz Carlos Valois e o delegado federal Rafael, que relata as ações da facção, “O objetivo central da FDN sempre foi acabar com os locais reservados para seus inimigos, matando todos os que não se submetem à facção. Eles querem o controle total do sistema e do crime no Amazonas”.

É verificado, ainda, na reportagem, o depoimento de uma jovem, parente de dois presos do Compaj, relatando a forma como soube da morte do cunhado, “Recebemos a foto

do meu cunhado pelo próprio Whatsapp dele. Imagine a minha sogra vendo um negócio desses”. Não apresentam relatos dos detentos ou de seus advogados. Com isso, as fontes ligadas ao Estado prevalecem no texto da reportagem.

c.4) Responsabilização do Estado

Ao relatar a atuação do Estado, é observada a atitude do Batalhão de Choque, “O Batalhão de Choque foi acionado, mais permaneceu do lado de fora. Na floresta ao redor das cadeias, outro grupo de policiais caçava as quase duas centenas de presos em fuga”. Outra referência feita durante a narrativa é o envolvimento do líder da FDN, José Roberto Fernandes Barbosa com o então governador, José Melo: “Nossa facção é tão fraca que nós elegemos foi um governador. Gaba-se o chefão máximo José Roberto Fernandes Barbosa, o Zé Roberto da Compensa (nome de uma favela de Manaus), em mensagem do celular interceptada pela Polícia Federal em outubro de 2015”

.c.5) Tendências da narrativa

Ao denunciar o impedimento da polícia de cumprir uma ordem judicial no presídio por este ser controlado por uma facção criminosa e a aliança do governador do estado com o líder desta, o texto revela a falta de controle do Estado nesse ambiente e nas relações que se dão no mesmo.

c.6) Representação dos detentos

Ao narrar a ação dos presidiários da FDN, a matéria apresenta as identidades de dois dos 56 mortos na penitenciária, “A ordem é cobrar todo mundo que tá devendo, berrou um bandido diante do morto número 1, o ex-policial militar Moacir da Costa, o Moa. Condenado por homicídio e tráfico, Moa uma semicelebridade local, era simpático ao PCC”, e o taxista Paulinho Arrochador, que teve sua cabeça separada de seu corpo e exibida no pátio da detenção. São apresentados ainda o chefão da principal facção atuante no Norte do país, José Roberto Fernandes Barbosa, o Zé Roberto da Compensa. É apresentado, ainda, o relato de uma jovem, parente de dois presos mortos no Compaj, “Recebemos a foto do meu cunhado pelo próprio Whatsapp dele.

Imagine a minha sogra vendo um negócio desses”. A reportagem não apresenta nenhum dos presos como fonte.

Texto	Permitido matar e decapitar.
Enfoque da reportagem	A reportagem mostra o ocorrido no Amazonas e o motivo da rivalidade entre as facções criminosas atuantes no presídio de Compaj.
Personagens	Ex-policia militar Moacir da costa; Taxista Paulinho Arrochador; Agente da Secretaria Nacional de Segurança Pública; Criminoso José Roberto Fernandes Barbosa; Governador do Amazonas José Melo; Jovem que perdeu dois parentes no massacre; Guarda do Compaj; delegado Rafael Caldeira; juiz Luís Carlos Valois.
Palavras que marcam o texto	“barbárie”; “guerra”; “macabro”; “massacre”.
Responsabilidades do Estado	O Batalhão de Choque que não entrou no presídio; os policiais que foram impedidos, dias antes, de cumprir uma ordem judicial; o envolvimento do governador JOSÉ melo com o líder da FDN; a “liberação” de algumas regras no complexo.
Tendências narrativas	A manchete do texto “Permitido matar e decapitar” já mostra o sensacionalismo na matéria, assim como nas expressões utilizadas ao longo do texto.
Representação dos detentos	Relato de uma jovem que teve dois familiares mortos no massacre.

d) “O dono da vida e da morte” – pág. 54 à pág. 57

d.1) Enfoque da reportagem

O enfoque da reportagem é apresentar o responsável por comandar o massacre ocorrido no Amazonas, Márcio Ramalho Diogo, conhecido como Garrote, “é uma das autoridades máximas da facção Família do Norte (FDN) no Complexo Penitenciário Anísio Jobim (Compaj), em Manaus”. Este é considerado o “xerife” na penitenciária, sendo o responsável por mandar matar os simpatizantes de outras facções que cumpriam pena no presídio, “Ele controla a área sobre sua jurisdição com disciplina brutal e dispõe de celas especiais para punições e torturas. Sim: cela especial para

tortura dentro do presídio. Quando acha preciso, mata ou manda matar. Cortar cabeças é a marca registrada da quadrilha”.

O texto apresenta ainda, detalhes sobre sua vida no crime (a partir de inquéritos), “Já na adolescência, Garrote passou a usar drogas e a praticar pequenos roubos em farmácias, lojas e bares. Inaugurou então uma vasta folha corrida de apreensões”.

Por fim, a ação de eliminar os inimigos teve de ser adiado, devido a uma troca de cela no Compaj, “Em virtude de seu papel de destaque na FDN e da vida na cadeia, Garrote foi transferido, em novembro de 2015, de sua cela habitual para outra mais isolada, dentro do Regime Disciplinar Diferenciado (RDD) do Compaj, o que não impediu, mas atrapalhou, seu ‘trabalho’”.

d.2) Linguagem utilizada

A manchete “O dono da vida e da morte” remete à imagem do traficante no presídio. No texto são encontradas descrições que apresentam o perfil do traficante, sua trajetória de vida e no crime, “Marcio Ramalho Diogo, 34 anos, criminoso condenado que, mesmo vivendo em uma cela, manda e desmanda”. O uso da expressão “gigante do horror” atribui à imagem de Márcio uma figura imponente e de grandes dimensões apesar da baixa estatura, “Tem 1,62 metro, mas é um gigante do horror”. Assim como as expressões “xerife” e “empresário” aparecem caracterizando Garrote no mundo do crime, “Chamado de ‘empresário do tráfico’, ele tinha um papel crucial dentro da FDN: comprava a droga diretamente dos produtores na Colômbia e no Peru e a levava até Manaus, para fazer a distribuição”.

d.3) Fontes consultadas

A reportagem consultou o relatório da Polícia Federal da Operação La Muralla, a Certidão Disciplinar do detento e sua ficha policial. No relatório da PF o preso é identificado como, “perigoso membro da Família do Norte, reconhecido no mundo do crime pela extrema violência e crueldade com que atua”. Em sua Certidão Disciplinar atesta, como visto no trecho “BOM (assim mesmo, com letras maiúsculas) comportamento”.

Além disso, um agente penitenciário não identificado é ouvido. “É o representante oficial da facção na ala 01 do pavilhão 01”.

Não há no texto citação ou informações prestadas pelo advogado de defesa do detento, assim como não é vista a consulta ao detento para a formulação de ser perfil, feito a partir das informações dadas pela polícia.

d.4) Responsabilização do Estado

A reportagem não apresenta a responsabilização do Estado, tendo em vista que a matéria teve como foco descrever o mandante do massacre no Compaj. Apesar disso, todas as informações acerca do personagem se dão pelas informações dadas por organizações e membros do Estado, apresentando apenas um lado dos fatos.

d.5) Tendências da narrativa

A narrativa, ao usar o termo “gigante do terror” traz tom sensacionalista ao tema. Outro apontamento ocorre quando a reportagem apresenta sua Certidão Disciplinar que contém a palavra BOM, em letras maiúsculas, ao falar de seu comportamento, uma vez que, segundo as fontes consultadas, Garrote é conhecido como o responsável por mandar matar tantos homens.

d.6) Representação do detento

A reportagem apresenta Márcio Ramalho Diogo, ao descrever vida e trajetória no crime, a partir de relatos de inquéritos. “Cumprir as regras de disciplina impostas pela liderança, sendo inclusive o responsável por aplicar penas aos detentos que variam de lesões graves ao homicídio”. Ao apresentar Márcio e suas ações, a reportagem, segundo as informações das fontes, apresenta um suposto “culpado” pelo massacre para o leitor.

Texto	O dono da vida e da morte.
Enfoque da reportagem	É apresentado o criminoso que comandaria, segundo as fontes, o massacre; Existem relatos sobre sua vida e suas ações no crime; Apresenta a Certidão Disciplinar do detento no cárcere.
Personagens	Detento Moacir Ramalho Diogo; Chefe da FDN José Roberto Fernandes Barbosa; criminoso Carlos Libório de Araújo.
Palavras que marcam o texto	“dono”; “xerife”; “empresário”.
Responsabilidades do Estado	A reportagem não apresenta responsabilidades do governo.
Tendências narrativas	Ao usar o termo “gigante do terror” mostra sua tendência sensacionalista ao tema; O enfoque na palavra BOM, escrita na Certidão Disciplinar de Garrote mostra como uma pessoa como ele pode ter algum comportamento dessa natureza”.
Representação dos detentos	Os invisíveis não são representados na matéria, tendo em vista que nenhuma das fontes consultadas são familiares, detentos ou seus advogados.

e) “Metástase do horror” – pág. 58 à pág. 61

e.1) Enfoque da reportagem

A reportagem apresenta a aparente situação do sistema penitenciário brasileiro, apontado as cenas ocorridas no Amazonas, Roraima e Boa Vista. A partir daí, é apontada uma possível crise do sistema, “O novo episódio é a prova cabal de que o caos no sistema prisional do país, como se verá a seguir, é generalizado e, lamentavelmente, está longe de acabar”.

Ao relatar sobre a estrutura dos presídios espalhados pelo Brasil, o texto pontua a situações físicas dos presídios, como no trecho “As celas são superlotadas, imundas, com presos amontoados dentro de cubículos de concreto quase sempre em ruínas e infestados por ratos e baratas”.

No texto aparece ainda o relato de dois detentos denunciando a falta de estrutura dos ambientes de detenção, como na seguinte citação “A cela é projetada para oito e já ficamos até em 29. Vinte a mais. Na comida já veio até camisinha dentro, e barra de ferro no feijão”.

Ao tratar sobre a violência no sistema, é anunciado que “Entre 2005 e 2014, 697 presos foram assassinados nas cadeias brasileiras”. Além disso, o texto aborda o caos sendo pertencendo à história do país, assim como a falta de atenção com o tema, “há séculos, portanto, a letra fria da lei não passa de letra fria – e só quando estouram episódios de extrema violência, como as matanças da semana passada, a crise atávica nas prisões ganha atenção”.

A reportagem apresenta o cenário do Presídio Central, em Porto Alegre, “é símbolo do descaso com o sistema prisional brasileiro”. O presídio, construído em 1959, abriga o dobro de presos da sua capacidade. Ao tratar desse exemplo, o texto descreve, ainda, a visita da ministra Cármen Lúcia ao local, “Em novembro, a presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministra Cármen Lúcia, fez uma visita surpresa à unidade. Encontrou esgoto correndo a céu aberto e instalações precárias. Viu que em algumas das celas não há espaço suficiente para que todos os presos possam dormir ao mesmo tempo”.

Ao abordar causas dessa crise, o texto cita serem três, “a mais óbvia é a superlotação. Outro problema é de fluxo: entram mais detentos nas prisões do que saem (...). O terceiro problema, igualmente ligado aos dois anteriores, é o excesso de presos provisórios, que ainda não receberam sentença – e, em última instância, podem ser inocentes”.

A reportagem mostra, ainda, uma possível solução “Para muitos especialistas, resolver o caos brasileiro depende menos da construção de novas penitenciárias e mais do redirecionamento das políticas de segurança”, como a adoção de penas alternativas e a realização das audiências de custódia.

e.2) Linguagem utilizada

A manchete “Metástase do horror” apresenta o problema do sistema penitenciário em vários estados brasileiros. A relação com o vocabulário ligado ao espalhamento do câncer pelo corpo pode ser considerada indevida, visto que diferente da doença, seria possível identificar causas e contextos de evolução do crime, “As causas da desordem são três, velhas conhecidas, que se conectam entre si”. As expressões “carnificina”, “matança”, “chacina” e “barbárie” são utilizadas para classificar o ocorrido e colocar os personagens como se fossem animais. A palavra “bandidagem” representa “criminosos” que se organizam em bandos para cometer os crimes. A expressão “barril de pólvora”, usada para caracterizar os presídios, mostra como esses locais podem a qualquer momento, serem palco de situações horríveis, como as vistas no início de janeiro.

A imagem que estampa a matéria do corredor da penitenciária, cheio de corpos entulhados, aparenta como se fossem entulhos para se jogar fora, não corpos humanos, mas objetos descartáveis.

Os infográficos utilizados apresentam dados sobre a situação nas penitenciárias brasileiras. O primeiro retrata a superlotação. Outros dados são os números sobre os presos que não receberam sua condenação, “Em 2014, 250.000 presos brasileiros não tinham recebido uma sentença ainda (...)”.

e.3) Fontes consultadas

A reportagem apresenta a queixa da estelionatária Débora Galusso e do preso “ivan”, os dois cumprem pena no Complexo Penitenciário Anísio Jobim. Os relatos apresentam a situação dentro do presídio. As queixas foram registradas em uma visita de membros do governo federal, da Justiça, do governo do Amazonas e da ordem dos Advogados do Brasil, ao complexo, em abril de 2015. Outros relatórios apresentados no texto foram o do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária acerca da estrutura do presídio de Roraima foram consultados e contam que, “a penitenciária onde aconteceu a chacina em Roraima abriga 1.457 presos, quase o dobro de sua capacidade. Já foi chamada, em documentos oficiais, de ‘favela’ em forma de prisão”.

Foram consultados, ainda, o advogado Alamiro Velludo Salvador Netto, presidente do Conselho Nacional de Políticas Criminal e Penitenciária, explicando como a falta de condições no sistema penitenciário gerou um ambiente propício para o surgimento de facções, “O Estado criou condições para o surgimento dessas facções, inclusive as mais recentes, dentro das unidades oficiais. As organizações não surgiram fora para cometer crimes. Elas apareceram dentro do Estado, na instituição prisional. Onde o controle deveria ser total”.

Acerca do ocorrido em Roraima, o governo local foi consultado e declarou, “não há dúvidas de que a matança foi obra de uma das facções envolvidas na tragédia de Manaus”, sobre os métodos usados para matar, “Os métodos foram os mesmos da chacina no Amazonas: mutilações e esquartejamentos. Corações e vísceras das vítimas foram arrancados com facões improvisados”.

A citação de um professor de economia política de uma universidade em Londres, David Skarbek, é encontrada no texto ao apresentar uma comparação da atuação das facções nas prisões brasileiras com as gangues nas prisões americanas, “As gangues desempenham um papel de proteção importante. Para a maioria dos presos, pertencer a uma gangue é desejável para ter acesso a contrabandos, drogas, benefícios econômicos, ganhar status e pela sensação de pertencimento”.

Ao citar as possíveis soluções para o caos nos presídios brasileiros, a reportagem consulta o ex-secretário de Segurança Pública do Distrito Federal e sociólogo Arthur Trindade, “Muitos dos presos não estão cometendo crimes violentos. Há uma política distorcida e uma repressão enorme ao pequeno tráfico, que vai explodindo as cadeias”, declarando ser um problema mais de políticas públicas do que de estrutura física.

e.4) Responsabilização do Estado

O Estado é apresentado na reportagem como “omisso” nessa área. “O caos nas prisões nacionais é histórico”. O texto aponta ainda, como causa desse caos, a forma como a

lei prende as pessoas, “O inchaço decorre de uma política de prender muito, mas prender mal”.

Ao apontar a política do Estado em relação às prisões, o texto apresenta “Na prática, a política penitenciária fomenta a existência de facções como as que protagonizaram os derramamentos de sangue semana passada. Atualmente, pelo menos vinte facções atuam nos presídios brasileiros”. Ainda sobre a atuação do estado, o texto apresenta sobre o sistema penitenciário é “um mundo à parte, sobre o qual as autoridades, estaduais e federais, do Poder Executivo ao Judiciário, demonstram não ter controle”.

Por fim, o texto apresenta a omissão do Estado em relação à situação apresentada, “Enquanto as soluções não aparecem, os massacres da semana passada tendem a ser um enredo em aberto – as autoridades não admitem, mas sabem que, em meio ao caos e à guerra da bandidagem, é grande o risco de episódios semelhantes se repetirem”.

e.5) Tendências da narrativa

A manchete “Metástase do terror”, as expressões “carnificina”, “matança”, “chacina” e “barbárie” representam o tom do texto de descrição da falta de condições e a superlotação do presídio. O texto apresenta, baseado em relatórios dos órgãos do governo e nos depoimentos das fontes ouvidas, as estruturas precárias das penitenciárias brasileiras.

e.6) Representação dos detentos

A detenta Débora Galusso, presa no Complexo Penitenciário Anísio Jobim, registrou uma queixa diante de uma comitiva com os representantes do governo federal, da Justiça, do governo do Amazonas e da Ordem dos Advogados do Brasil, relatando o tratamento recebido no presídio, “Nós nos sentimos como feras, como bichos”. É ouvido, também, o detento Ivan, que relata as condições em sua cela, “A cela é projetada para oito e já ficamos até em 28. Vinte a mais. Na comida já veio até camisinha dentro, e barra de ferro no feijão”. Ivan, detento preso no Compaj, aparece relatando, também, a situação vivida dentro do estabelecimento, “A cela é projetada

para oito e já ficamos até em 28. Vinte a mais. Na comida já veio até camisinha dentro, e barra de ferro no feijão”. Ambos os depoimentos são apresentados nos relatórios da visita ao presídio em abril de 2015.

Texto	Metástase do horror.
Enfoque da reportagem	Situação do caos no sistema penitenciário brasileiro; Estrutura dos presídios no país; Causas da situação encontrada nos estabelecimentos penitenciários; Supostas soluções para o caos no sistema; Violência ocorrida dentro dos presídios brasileiros.
Personagens	Detenta Débora Galusso; Detento Ivan; Ministra Cármen Lúcia; Presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, Alamiro Velludo Salvador; Professor de uma universidade em Londres, David Skarbek; Sociólogo Arthur Trindade.
Palavras que marcam o texto	“carnificina”, “matança”; “chacina” ; “barbárie”; “barril de pólvora”; “bandidagem”.
Responsabilidades do Estado	A omissão do governo nessa área como sendo um fato histórico; A falta de controle do Estado dentro das prisões brasileiras; Como as punições não são funcionais.
Tendências narrativas	As tendências sensacionalistas aparecem durante todo o texto. Sua manchete “Metástase do terror”, as expressões “carnificina”, “matança”, “chacina” e “barbárie”, representam como essas pessoas são tratadas como animais.
Representação dos detentos	Os invisíveis não são representados na matéria, tendo em vista que nenhuma das fontes consultadas são familiares, detentos ou seus advogados.

f) Comparação das coberturas

A diferença entre as coberturas das revistas analisadas se apresenta quando observados os desdobramentos do tema e as fontes utilizadas nas reportagens. Enquanto que na reportagem da revista Época nenhum detento é ouvido, na reportagem “Metástase do horror” da revista Veja, uma mulher e um homem que cumprem pena no Complexo Penitenciário Anísio Jobim relatam as situações vividas dentro do estabelecimento. Seguindo a linhas das fontes escolhidas para a matéria, é

verificado que na reportagem da Revista Veja são encontradas análises de especialistas, o que não ocorre no texto da revista Época. Isso tirou a versão capitaneada do Estado como a única possível para o conhecimento dos fatos.

Em ambas as revistas é verificada a prevalência de fontes ligadas ao Estado. De acordo com essas fontes, são trazidas as contagens de mortos na rebelião ocorrida no Amazonas, 56 homens foram identificados pelos peritos de Manaus. Os textos apresentam, ainda, a explicação do governo sobre as providências que devem ser tomadas para que as cenas ocorridas no Compaj não se repitam pelos presídios espalhados no Brasil.

Nas coberturas observadas, observa-se que todas trazem elementos de sensacionalismo. Os títulos dos textos, as imagens e as expressões utilizadas para caracterizar o ocorrido demonstram essa tendência.

Ao relatar o papel do Estado tanto na situação do Amazonas, quanto nos cenários vistos pelos presídios de todo o Brasil, pode-se ver uma responsabilização pela omissão de seus representantes, uma vez que, mesmo com os relatórios entregues pelos órgãos vinculados ao Ministério da Justiça, os problemas de superlotação e estrutura física se fazem presente nesses ambientes.

Diferentemente da revista Época, a revista Veja faz uma análise das principais causas da crise penitenciária, superlotação, fluxo de detentos e o excesso de pessoas presas antes de receber o julgamento, e apresenta possíveis soluções para que esses pontos possam ser melhorados.

Nas coberturas analisadas, as fontes que prevalecem são as ligadas ao Estado. Em todas as matérias aparecem representantes do poder público dando informações sobre o ocorrido. Na reportagem “Metástase do horror” da revista Veja, é vista a queixa de uma detenta e um preso do Compaj, relatada em um documento produzido após uma visita de membros do governo federal, Justiça, governo do Amazonas e OAB, tratando sobre a situação vivida dentro dos muros do presídio. De todas as matérias analisadas, apenas na “Permitido matar e decapitar”, das revistas Veja, uma jovem, familiar de dois presos mortos é ouvida pelo jornalista. Ela relata ter ficado sabendo da morte do cunhado por uma imagem no whatsapp, enviada do celular dele.

Considerações finais

A observação das reportagens indica a dificuldade no trato do tema “sistema penitenciário pelo jornalismo. A cobertura de rebeliões ou massacres expõe o desconhecimento dos profissionais e das empresas sobre as relações que ocorrem em um lugar cercado e que só aparece no noticiário em momentos de crise.

O fato dos veículos de comunicação não terem sede nas cidades onde ocorreram as rebeliões interfere no trabalho jornalístico, como apresenta a Teoria do *Newsmaking*. Outro fator relevante é que, como os conflitos se deram em âmbito interno, em espaços em que a mídia não tem acesso ou conhecimento aprofundado, as informações chegaram apenas pelos canais do próprio Estado, levando-se em conta que não prevaleceram as versões de familiares ou defesa dos presos.

A produção das reportagens foi feita por jornalistas de Manaus e de fora do estado. Para os profissionais que não são da região, o trabalho de produção do conteúdo pode se tornar mais difícil, devido à falta de percepção sobre o local e as possíveis ocorrências anteriores ao fato. Ao fazer uma representação da realidade, o jornalista, por não conhecer bem o ambiente sobre o qual vai falar, tem a inteligência seu sobre os fatos, apresentada, apenas, pelo relato das fontes, prejudicando a produção da matéria. Ainda em relação à construção da notícia, é visto na análise como se torna difícil a escolha de qual conteúdo entrar ou não entrar na matéria, exemplificando a Teoria do *Gatekeeper*. Diante dessas dificuldades, o jornalista deveria buscar outras fontes de informação, para que pudesse realizar o trabalho de seleção do que será relevante ou não no conteúdo a ser produzido.

Ainda de acordo com as informações recolhidas pelo jornalista através das fontes utilizadas, foi observado que, em sua maioria, as fontes são ligadas ao Estado. O fato das pessoas invisibilizadas não terem voz faz com que apenas uma versão seja apresentada, prejudicando o trabalho do profissional e a apuração dos fatos. As fontes ligadas ao Estado, aparecem, sempre por um membro de um órgão ou documentos disponibilizados para consulta.

Ao se tratar de um veículo de circulação semanal, a revista apresenta como o gênero do texto a grande reportagem, que tem como característica abordar os diversos desdobramentos e diferentes olhares do fato, fazendo com que os leitores recebam informações mais completas e que vão além da reportagem factual apresentada nos veículos de circulação diária. Apesar dessas características, nem sempre os veículos se preocupam em apresentar ao leitor um olhar mais completo.

O uso de imagens que possam chocar a população e as expressões que qualificam os personagens das revoltas indicam esse reforço dos estereótipos e preconceitos presentes na sociedade. A linguagem utilizada compara as ações dessas pessoas com a de animais, espetacularizando a notícia e distanciando sua imagem de ser humano.

O jornalismo tem, como premissa, abordar diferentes pontos de vistas acerca de um tema para, então, tentar reproduzir uma realidade. Essa característica da ética jornalística não aparece nas matérias analisadas. O fato de a versão do Estado prevalecer diante dos detentos, familiares de presos e advogados, faz com que não ocorra o confronto com a versão de pessoas não ligadas ao governo, fazendo com que essa busca pela “verdade” se torne mais difícil. Outro ponto em relação à ética do jornalista é que este, tendo o dever de ouvir aqueles que não tem voz, em casos como os analisados, não é vista uma procura por escutar esses grupos. Dessa forma, a sua função social fica prejudicada, contribuindo para que aqueles considerados invisíveis continuem sendo deixados de lado pelo Estado e pela sociedade.

Para que o trabalho do jornalista não seja prejudicado devido aos pontos tratados anteriormente, os profissionais da área deveriam buscar ouvir outras pessoas, como aquelas que já estiveram sob a tutela do Estado para relatar o que acontece dos muros para dentro. Outra possibilidade seria a procura por organizações que representassem os familiares dessas pessoas, organizações que fizessem trabalhos dentro desses ambientes, membros de igrejas que entram nesses estabelecimentos ou funcionários.

Outras possibilidades de estudos requeriam análise das coberturas de outros massacres e rebeliões em presídios no ano de 2017. Como são casos que giraram em torno de confrontos entre facções, a imprensa pode ter ficado “refém” das informações

prestadas por organismos jurídicos ou por secretarias estaduais de Justiça e Segurança Pública.

Referências bibliográficas

ANGRIMANI, Danilo. **Espreme que sai sangue: um estudo do sensacionalismo na imprensa**. São Paulo: Summus, 1995.

BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo interpretativo**. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 1976.

BESSA, Indiara, ALVES, Jamile. **Rebelião em presídio de Manaus tem mortes e reféns, diz SSP**. In: G1 Globo. Disponível em <<http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2017/01/rebeliao-em-presidio-de-manaus-tem-mortes-e-refens-diz-ssp.html>> Acesso em: 14 ago. 2017.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF. In: Planalto.gov. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 3 nov. 2017.

CAMARGO, Henrique. **Como foi o massacre do Carandiru?** In: Super interessante. Disponível em <<https://super.abril.com.br/historia/como-foi-o-massacre-do-carandiru/#>> Acesso em: 24 out. 2017.

CRUZ, Lucia Santa. **O início do jornalismo no Brasil**. In: História da imprensa no Brasil. Disponível em <<https://historiaimprensabrasil.wordpress.com/tag/gazeta-do-rio-de-janeiro/>> Acesso em: 7 ago. 2017.

Dado das revistas de maior circulação no Brasil. In: Diário do Centro do mundo. Disponível em <<http://www.diariodocentrodomundo.com.br/essencial/relatorio-sobre-circulacao-de-revistas-mostra-que-a-veja-foi-a-que-mais-perdeu-leitores/>>. Acesso em: 1 nov. 2017.

ERBOLATO, Mário L. **Técnicas de codificação em jornalismo – redação, captação e edição no jornal diário**. 5. ed. São Paulo: Ática, 2006

FLOSI, Edson. **Por trás da notícia**. São Paulo: Summus, 2012.

LAGE, Nilson. **A Reportagem: Teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

MARCONDES FILHO, Caio. **O Capital da Notícia**. 2. ed. São Paulo, Ática, 1989.

MEDINA, Cremilda. **Profissão jornalista: responsabilidade social**. Universidade da Califórnia: Forense-Universitária, 1982.

MOTTA GOZAGA, Luiz. **A Análise Pragmática da Narrativa Jornalística**. In: Amazonaws. Disponível em:
<https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/43747779/105768052842738740828590501726523142462.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1509850546&Signature=PwZJ987Q5q4wDbC0aHAUziDZ76U%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DA_Analise_Pragmatica_da_Narrativa_Jornal.pdf> Acesso em 3 nov. 2017.

PENA, Felipe. **Teoria do Jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2005.

RODRIGUES, Celso, ZIERO WEBBER, Gabriel. **Mídia, subjetividades sociais e direitos humanos: o Presídio Central de Porto Alegre**. In: Revista FAMECOS mídia, cultura e tecnologia Disponível em
<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/15816>> .
Acesso em: 10 out. 2017.

ROMERO, Vilson a. **O nascimento do jornalismo no Brasil**. In: Observatório da imprensa. Disponível em <<http://observatoriodaimprensa.com.br/e-noticias/o-nascimento-do-jornalismo-no-brasil/>> Acesso em: 5 ago. 2017.

SCALZO, Marília. **Jornalismo de revista**. São Paulo: Contexto, 2003.

SODRÉ, Werneck Nelson. **História da imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo: Porque as notícias são como são.** Florianópolis: Insular, 2005.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo - A tribo jornalística: uma comunidade interpretativa transnacional.** 3. ed. Florianópolis: Insular, 2005.

TUCHMAN, Gaye. *Making news: a study in the construction of reality.* Nova York: The Free Press, 1978.

TUCHMAN, Gaye. **A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas.** In: Slideshare. Disponível em <<https://pt.slideshare.net/GiseleDottoReginato/gaye-tuchman-a-objectividade-como-ritual-estrategico>> Acesso em: 19 out. 2017.

VILAS BOAS, Sergio. **O Estilo Magazine - O texto em revista.** 2. ed. São Paulo: Summus, 1996.

WEBER TEIXEIRA, Caroline. **Gatekeeper e gatwatching – repensando a função de selecionador de no webjornalismo.** In: Intercom. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sul2010/resumos/R20-0493-1.pdf>> Acesso: 2 nov. 2017.

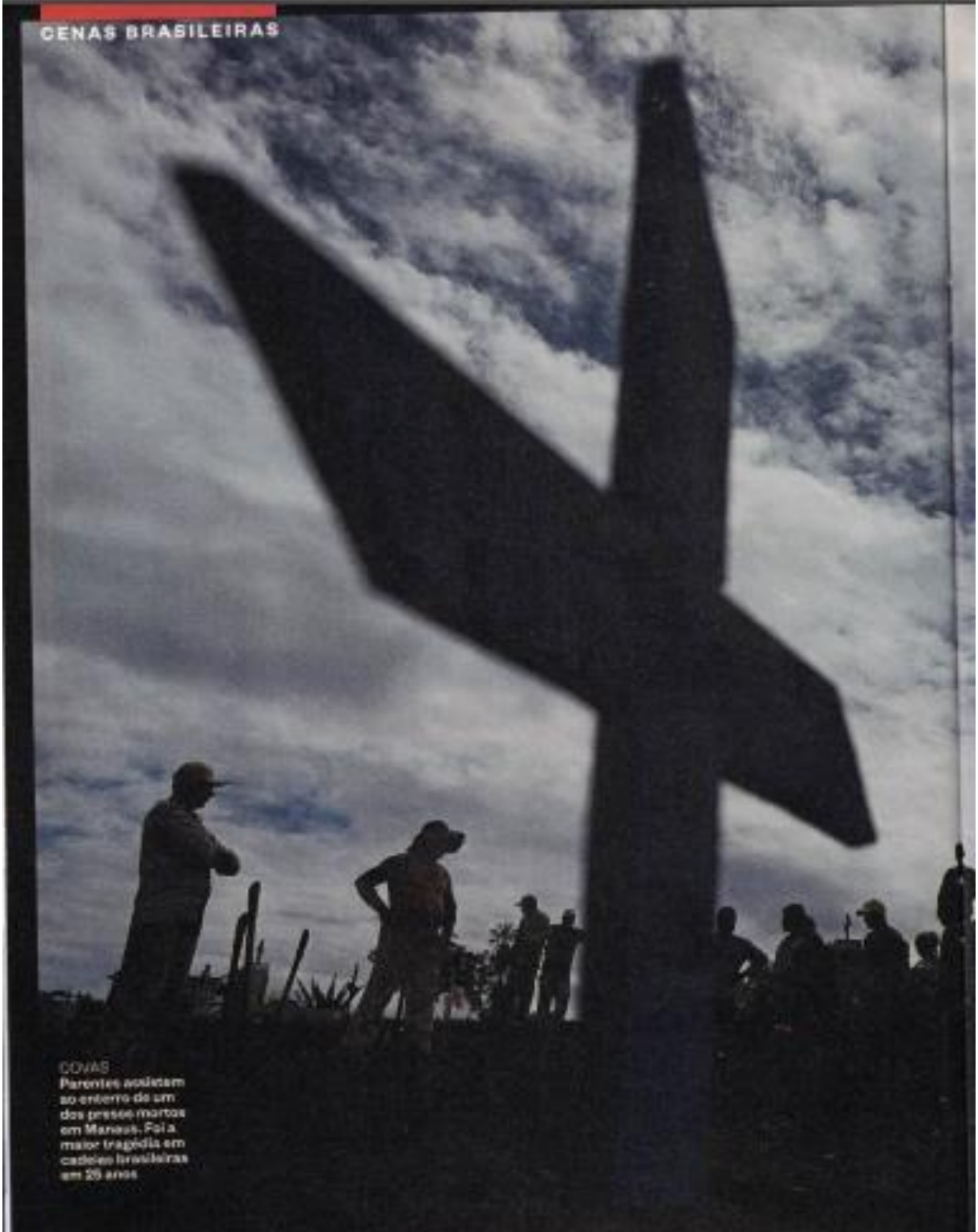
WOLF, Mauro: **Teorias da Comunicação: Mass media: contextos e paradigmas; Novas Tendências; Efeitos a longo prazo; O newsmaking.** Lisboa/Portugal: Presença, 1999.

Anexos

Capa da revista Época edição 968



CENAS BRASILEIRAS



COVAS
Parentes assistem ao enterro de um dos presos mortos em Manaus. Foi a maior tragédia em cativeiro brasileiro em 25 anos.

O grito da morte que vem das cadeias

Dois carnificinas lembram ao Brasil que os facinorosos no comando dos presídios estão em uma guerra feroz

Hudson Corrêa, de Mariana, e Daniel Haidar



CENAS BRASILEIRAS

O caminhão frigorífico estacionou no Instituto Médico-Legal (IML) de Manaus por volta do meio-dia da segunda-feira, dia 2. Trazia corpos mutilados, decapitados ou carbonizados no massacre que ocorreu horas antes no Complexo Penitenciário Antônio Jobim, mais conhecido por Campaj. Pelo número de braços, os funcionários concluíram que havia 56 mortos, mas o inventário da caméfica apenas começava. Os peritos contaram 38 cabeças separadas do corpo. Descobriram que os assassinos arrancaram coração, fígado e intestino de parte das vítimas. Nos picos de violência, o IML de Manaus recebe no máximo seis cadáveres por dia. Flavia, ali há 60 de uma vez – 56 trazidos do Campaj, mais quatro do presídio de Puraquequara, nas cercanias de Manaus. Nas horas seguintes, mães, filhas e mulheres de presos começaram a se aglomerar na porta do prédio selado, com o matagal avançando sobre o pátio e uma guarita há muito tempo abandonada. O IML só podia abrigar 20 corpos nas gavetas refrigeradas, então a maior parte ficou no caminhão frigorífico. Falava espaço para lidar com uma tragédia penitenciária menor apenas que o massacre do Carandiru, perpetrado em 1992.

O perito criminal Joe Braga pediu às famílias fotos e dicas sobre cicatrizes ou tatuagens que pudessem ajudar na identificação dos corpos. Carla, de 19 anos, acreditava que o namorado fora morto. Ela dormiu no dia 31 de dezembro dentro do presídio com Paulo Henrique, de 22 anos, preso por tráfico de drogas e homicídio. Carla só podia fornecer uma foto postada nas redes sociais, que exibia o rosto dilacerado de Paulo. Muitas pessoas ali tinham apenas imagens fortes nos celulares, de vídeos postados em redes sociais, nos quais matadores cobertos por capuzes e toucas riam segurando cabeças decepadas ou posando ao lado de gente mutilada. Ouvindo o choro e os gritos no portão, funcionários do IML tentavam trabalhar. As impressões digitais dos presos não são arquivadas em meio digital, como em países desenvolvidos, mas em cópias de papel. Os funcionários tinham de comparar uma montanha





CRUELDADE
Peritos tentam identificar um dos cadáveres (acima) e cena de vídeo dos mortos na cadeia (ao lado). Os peritos deveriam de montar corpos por pedaços

NA PORTA DO IML, CARLA SÓ TINHA NO CELULAR UMA FOTO DO ROSTO DESFIGURADO DO NAMORADO

de fichas com as amostras de digitais colhidas dos corpos.

O Compaq enviou uma lista com 75 nomes de possíveis mortos. O diretor do Departamento de Perícia, Jefferson Mendes, ficou mais preocupado do que agradecido. Como o presídio elaborou tal lista? Não bastava a simples conferência nas celas e dar como mortos os faltosos, pois 112 presos haviam fugido. Os fugitivos, claro, gostariam de ser dados como mortos. Na conferência da impressão digital, foi possível identificar 36 corpos. Os exames de arcação dentária permitiram que uma das 38 cabeças decepadas fosse ligada a seu dono. Os demais dependiam de testes de DNA feitos com material coletado entre familiares. "É como um quebra-cabeça. Não sei se uso a expressão adequada, mas montamos corpos aqui", afirma Mendes. Na quinta-feira, 49 cadáveres estavam identificados.

A produção dos cadáveres começara horas antes. No domingo à noite, o juiz da Vara de Execuções Penais, Luis Carlos Valois, dormia em casa quando bateram a sua porta para ir ao Compaq, onde começava uma rebelião. Por volta das 22 horas, a tropa de choque ameaçava invadir o cárcere, superlotado com 1.224 presos onde deveriam estar no máximo 454. Os líderes da rebelião pediram à polícia para conversar com Valois. Ele recebeu de dois presos um papel com quatro reivindicações: a Polícia Militar não poderia invadir o prédio, as autoridades garantiriam a integridade física dos rebelados, as visitas e o banho de sol seriam mantidas e não ocorreria transferência para presídio federal. "Nunca vi rebelião em que não pedem para agilizar processos de execução da pena", diz Valois. "No fundo, foi só um pretexto para matar."

Os presos aceitaram liberar três dos 12 funcionários feitos reféns, abriram mão do veto à transferência para presídio federal e permitiram a remoção dos mortos às 7 horas da manhã. Quando Valois regressou de manhã, viu uma caixa com tamanho equivalente a metade das caçambas usadas na remoção de entulhos. "Estava cheia de braços e pernas misturados que saíam pelo tempo", lembra Valois. "Vi um corpo queimado. ■"

CENAS BRASILEIRAS

Então me aproximei dos reféns, mas eles não me enxergaram?”

A beiga de facções criminosas pelo mercado bilionário do narcotráfico provocou a matança em Manaus. Desde o final do ano passado há uma guerra entre as duas maiores organizações criminosas do país, o Primeiro Comando da Capital (PCC), de São Paulo, e o Comando Vermelho (CV), do Rio de Janeiro. Em Manaus, presos ligados ao PCC foram mortos por presos de uma facção chamada Família do Norte (FDN), aliada do CV. Seis dias depois, na sexta-feira, dia 8, 31 presos foram mortos na Penitenciária Agrícola de Monte Cristo, na zona rural de Boa Vista, em Roraima, onde a facção paulista predominava, com os mesmos requintes de crueldade dispensados em Manaus. Um vídeo brutal mostra presos dilacerando cadáveres ensanguentados de rivais com lanças, machados e facas. “Isso aqui é o que nós (sic) faz aqui com safados. Vocês mataram nossos irmãosinhos, não foi? Isso aqui é o que vai acontecer com vocês também”, diz um preso. Quando outro preso usa a faca para decapitar um cadáver, o líder incentiva: “Isso, mano!”.

Foram 91 presos mortos em seis dias no Brasil. Com 56 mortos, o Complexo se tornou a segunda maior dessas tragédias, menor apenas que o massacre do Carandiru, em São Paulo, em 1992. Naquela ocasião, diante de uma rebelião, a tropa de choque da Polícia Militar entrou atirando no pavilhão 9 e assassinou 111 detentos. Em 24 anos, só mudaram os alvos: agora são os próprios presos, não a polícia. A mudança começou um ano após o massacre do Carandiru, quando um grupo de presos reunido na penitenciária de Taubaté decidiu criar uma organização. O PCC seguiu o caminho criado pelo Comando Vermelho em 1979: tomou o controle dos presídios e expandiu-se nas ruas.

O banho de sangue é a forma como os criminosos disputam mercado, em uma beiga por um pedaço dos bilhões movimentados ilegalmente, todo ano, pelo tráfico de drogas no Brasil. O Comando Vermelho controla o maior contingente de criminosos no Rio de Janeiro, com braços nas regiões Norte e Nordeste e bases no Paraguai, na

Colômbia, Bolívia, no Peru e na Venezuela. O PCC está presente em todos os estados brasileiros e faz negócios na Bolívia, Colômbia, Argentina, Venezuela, no Paraguai, Peru, Chile e na Guiana Francesa. Se fosse uma empresa, a facção paulista teria a envergadura de uma multinacional. Sua organização financeira é considerada sofisticada — não tanto quanto a exposta por algumas empresas envolvidas na Operação Lava Jato, obviamente. Estima-se que controle metade da venda de drogas do país e fature perto de R\$ 200 milhões por ano. Nesse concorrido mercado ilegal, o PCC é imenso, mas não é único. Disputa espaço com o Comando Vermelho.

As duas grandes facções mantinham sociedade em algumas áreas e estiveram juntas numa operação complexa, vantajosa e barulhenta em 15 de junho do ano passado, quando eliminaram o traficante concorrente Jorge Rafael Toumani, na cidade paraguaiá de Pedro Juan Caballero, que faz fronteira com a brasileira Ponta Porã, em Mato Grosso do Sul. Entretanto, a relação harmônica começou a ser minada há três anos por conflitos pontuais. A organização





LEI DO CHIVE
Mulheres à espera de notícias usam máscaras para não serem identificadas (asíma) e parentes aguardam no IML de Manaus (ao lado). Muitos souberam das mortes por vídeos de assassinatos nas redes sociais



—
O MASSACRE ERA PLANEJADO DESDE 2015, MAS FOI ADIADO PORQUE OS CRIMINOSOS FORAM ISOLADOS

pouqta tem uma política agressiva de expansão de territórios e grupos locais não aceitam os forasteiros. Os cariocas aproveitaram esse mal-estar para formar alianças regionais com organizações como a Família do Norte no Amazonas; o Primeiro Grupo Catarinense (PGC), de Santa Catarina; Sindicato do Crime (SDC), do Rio Grande do Norte; Bunde dos 40, do Maranhão; e Okaida, da Paraíba. Em junho do ano passado, a guerra entre PCC e CV foi declarada. Entre 16 e 20 de outubro, a rusga provocou seis rebeliões em presídios do Amazonas, Rondônia, Ceará, Acre e Roraima, com 21 mortos.

No cenário da narcopolítica, a Família do Norte, protagonista da selvageria em Manaus, é aliada do Comando Vermelho. Na semana passada, a FDN concretizou a vingança contra o PCC; planejada desde 2015. Em uma mensagem enviada a um comparsa em 16 de junho de 2015, José Roberto Fernandes Barbosa, um dos líderes da FDN, avisou: "Mano esses cara que vestiram a camisa do pcc aqui são um vergonha pro crime pra FDN e até mesmo pro pcc porque são todos safados que já deviam o crime. Q nos não tem nd conta Pcc. Que os cara de SP. São criminosos. Mas essas imadice q ser diz pcc q mora em segredo. Esses nos vamos mata e tudo [sic]", disse.

O plano demora a se realizar devido ao isolamento de detentos da facção paulista no chamado "seguro" e pela transferência de lideranças da turma do Amazonas para o regime disciplinar diferenciado, medidas impostas após a Operação La Muralla, deflagrada pela Polícia Federal em novembro de 2015. A PF prendeu 127 pessoas, e 17 integrantes da FDN, inclusive a cúpula, foram transferidos para presídios federais; outros 32 foram colocados no regime diferenciado. Mas, ao longo de 2016, eles saíram do isolamento.

A FDN é considerada hoje a terceira maior facção criminosa do país. Nasceu em 2012 por iniciativa dos traficantes Gelson Carneiro, o G, e José Roberto Fernandes Barbosa, conhecido como Pertuba ou Z, após uma temporada em penitenciárias federais, onde se aproximaram de chefões do Comando

CENAS BRASILEIRAS

Vermelho, como o traficante Márcio Nepomuceno, o Marcinho VR. Na volta, eles agregaram diversos grupos criminosos menores do estado, sob um estatuto com regras rígidas de hierarquia e disciplina. Cada penitenciária possui "arrifes" indicados pela facção e as decisões são tomadas apenas por Barbosa e Carnaíba, auxiliados por um "Conselho" de quatro integrantes. Todas as determinações são difundidas por mensageiros apelidados de "salve", que são repassadas por celulares ou papel.

A FDN prosperou porque domina uma rica rota de tráfico de drogas pelo Rio Solimões. Traz maconha e cocaína, fornecido por traficantes peruanos e colombianos, principalmente do bando dos irmãos Rolando Lam e Luis Orlando Obando, da triplíce fronteira Brasil-Peru-Colômbia, em Tabatinga, até Manaus. A partir daí, a maior parte da droga é distribuída nas regiões Norte e Nordeste. Após a FDN e o Comando Vermelho fecharem a parceria, o Amazonas virou uma nova fronteira do narcotráfico, alternativa à saturada rota do Paraguai, onde o PCC dá as cartas. Durante 2015, a polícia do Amazonas apreendeu 11 toneladas de cocaína e de skank, um tipo mais potente de maconha. A quantidade é maior que a soma do volume apreendido entre 2004 a 2014. Em 2016 foram 10 toneladas. Só entre o segundo semestre de 2014 e o fim de 2015 foram apreendidas pela Polícia Federal nesse canal 2,2 toneladas de drogas, que valem R\$ 18 milhões.

A FDN começa também a demarcar território. No lusco-fusco da quarta-feira, dia 4, duas crianças brincavam de carrinho no bairro União, em Manaus, em frente a um muro que esbia a associação "FDN - CV". Pichações com a sigla da facção estão pelas ruas de alguns bairros da mesma forma que o "1533" do PCC está em localidades de São Paulo ou a marca "CV" em favelas no Rio. Em novembro de 2015, a Polícia Federal descobriu um técnico de informática da facção, que mantinha um aplicativo para gerenciar a arrecadação e o alistamento de comparsas. No computador do preso foram localizados cerca de 13 mil registros em uma espécie de cadastro. A "caixinha" cobrada dos traficantes



UMA FAMÍLIA DE FACINORAS

País conhecido até há pouco, a Família do Norte é a terceira maior facção criminosa do país

- ★ Estado de origem
- Divida o tráfico com o Comando Vermelho

FAMÍLIA DO NORTE (FDN)

ORIGEM

2012

NÚMERO DE INTEGRANTES

Cerca de 10 mil, de acordo com registros obtidos pela Polícia Federal





VALORES

Movimentou mais de R\$ 30 milhões, segundo cálculos da PF.

PRINCIPAL ATIVIDADE

Controla o tráfico de drogas pela rota do Rio Solimões, pela qual faz negócios de Tabatinga (AM), na fronteira Brasil-Peru, Colômbia, até Manaus (AM).

TERRITÓRIO

Presente em 5 dos 7 estados da Região Norte do país. Controla praticamente todos os pontos de venda de drogas em Manaus.

LIDERANÇAS

Tem dois líderes: na prática, Nelson Carmilho e José Roberto Barbosa. Dividido-se em "equipes" e possui em cada cidade um "vento", representante do comando central.

PARCERIA

Mantém ligação com a família cearense Comandó Vermelho para distribuição de drogas.

TERRITÓRIO

Marca da facção no bairro Parque Dez de Novembro, em Manaus. A organização domina o tráfico de drogas no Amazonas.

SANTO JERÔNIMO PÁDUA

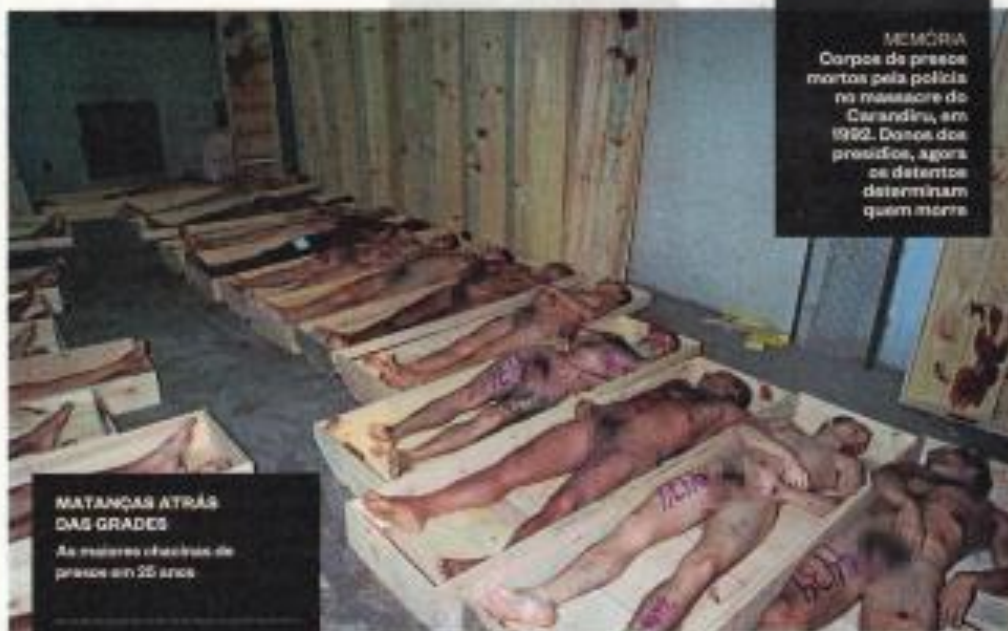
tes alistados rende cerca de R\$ 100 mil mensais à FDN. A PF descobriu também que, para driblar o monitoramento do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), a facção faz depósitos fracionados nas contas bancárias de "laranjas" para pagar seus fornecedores na Colômbia ou no Peru.

O Complexo Penitenciário Anísio Jobim é o escritório central da FDN. Guardadas as proporções, assim como o lendário Pablo Escobar tornou a penitenciária que habitou uma mansão nobresca, os líderes da FDN não têm dificuldades para adquirir luxos na base da corrupção do sistema. José Roberto Barbosa, o Z, vivia em uma cela com cama de casal, piso de porcelanato, televisões, ventilador e um freezer recheado de carne. Uma agente penitenciária do Compa disse à EPOCA que o celular do preso "é o único que tem bom sinal na cadeia, o de funcionário não pega". Na noite anterior ao massacre, alguns presos tiveram a companhia de mulheres. Ao menos oito armas, incluindo uma metralhadora, também foram parar dentro do Compa. Autoridades não sabem explicar como.

Há algum tempo presídios são de domínio dos criminosos, um território onde o Estado tem controle apenas dos muros para fora. É um perigo, dado que o Brasil tem 622.202 presos, a quarta maior população carcerária do mundo em números absolutos, e apenas 371.884 vagas. O "escritório" da FDN é, na aparência, administrado pela Umanizare, empresa que cuida de presídios em outros dois estados. Só do governo do Amazonas a Umanizare faturou mais de R\$ 800 milhões desde 2013. É fácil entender: cada preso no Amazonas custa R\$ 4.700 por mês, quase o dobro da média nacional, de R\$ 2.400. A sócia-controladora da Umanizare, Regina Celi Carvalhaes de Andrade, é proprietária de outras empresas que foram subcontratadas para prestar serviços nos presídios amazônicos. O Ministério Público de Contas do Amazonas cobrou do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas a rescisão do contrato da Umanizare por suspeitas de superfaturamento, conflito de interesses e ineficácia de gestão. ►

PROCESSUS.BIBLIOTEC

CENAS BRASILEIRAS



MEMÓRIA
Corpos de presos mortos pela polícia no massacre do Carandiru, em 1992. Donos dos presídios, agora os detentos determinam quem morre

MATAÇOES ATRÁS DAS GRADES

As maiores chacotas de presos em 25 anos

1992

CARANDIRU
São Paulo (SP)

111 mortos

2001

COMPAJ
Maracá (AM)

56 mortos

2007

PENITENCIÁRIA MONTE CRISTO
Dua Vezes (RR)

31 mortos

2004

CASA DE CUSTÓDIA
Roraima (RR)

31 mortos

2002

URUBU BRANCO
Povoado (MT)

27 mortos

2010

PEDRINHAS
São Luís (MA)

18 mortos

A matança deixou claro o descontrole do governo sobre o Compaq. A Umanizzare diz que alertou a Secretaria de Administração Penitenciária sobre os riscos das visitas no final do ano. O governo do Amazonas jogou a culpa na empresa. Durante dias, não divulgou a lista dos furtivos da cadeia, apenas o número de presos que teriam sido recapturados. O juiz Luís Carlos Valois, chamado pelos presos durante a negociação, foi alvo de busca e apreensão da Polícia Federal por suspeita de ligação com a facção que domina o Compaq.

Na semana passada, diante do escândalo e da inabilidade do governo do Amazonas, o governo federal entrou no jogo com o ministro da Justiça, Alexandre de Moraes. Ex-secretário de Segurança de São Paulo, berço do PCC, Moraes passou dias tentando desmentir a versão óbvia de que os massacres eram produto de uma guerra entre as facções do crime organizado. Anunciou mais um plano de segurança e, na sexta-feira, garantiu que os presídios não estavam fora de controle das autoridades. "A situação não saiu do controle. Roraima

já tinha tido problema anteriormente", disse Moraes, em referência à morte de 33 detentos em Boa Vista. Moraes repetiu a postura adotada durante as rebeliões do ano passado. No caso de Roraima, o governo local havia pedido ajuda ao ministério para controlar as brigas entre facções, em novembro. O ministério recusou, sob o pretexto de que Roraima havia feito um pedido não específico para a "questão carcerária".

O presidente Michel Temer demorou três dias para dizer algo sobre o massacre. A distância que Temer manteve do assunto seguiu a estratégia dos gabinetes de Brasília para evitar a exposição do presidente, que não desfruta de popularidade, e mais um desgaste. Serviria ao jogo em torno de questões políticas, não a uma questão grave de segurança pública, na qual o presidente precisa se posicionar. Temer agiu mais como político do que como chefe de Estado. O Estado em questão não consegue explicar como presos têm celas de luxo, como usam celulares, recebem armas, fazem festas e perpetram massacres impensáveis quando querem. ◆

Capa revista Veja, edição 2512



CHEGOU A CONTA DA BARBÁRIE


A matança de Manaus faz sessenta mortos. A matança de Roraima faz 31 mortos. O Estado está perdido. A sociedade está exausta de crimes e selvageria. Qual é a saída?

Que afortunado seria o Brasil se um alto dirigente fosse capaz de vir a público numa hora tão dramática para dizer palavras como as proferidas por Winston Churchill quando ocupava um cargo ministerial responsável pela segurança da Inglaterra em meados de 1940: "A consideração e o estado de espírito do povo quanto ao tratamento dado ao crime e aos criminosos são uma das provas mais irrefutáveis da civilidade de uma nação". Serviria como um acerto moral de importância ímpar para um país que se orgulha de ser uma sociedade brasileira, que, de tão exausta com crimes e bandidos, começa a aceitar selvagerias como as ocorridas na semana passada no Amazonas e em Roraima como um mal menor porque, afinal de contas, bandido bom é bandido morto.

Pobre Brasil. Em lugar disso, o presidente Michel Temer, depois de quatro dias de silêncio, chamou o chato de Manaus de "acidente pavonês" e seu ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, tentou enganar a nação com um plano de segurança que não passa de uma coleção de remédios costurados às pressas, sem prazo, sem meta — sem seriedade (veja a reportagem na pág. 62). O governo atual não tem responsabilidade pelo caos dos presídios. É uma herança maldita que recebeu dos antecessores petistas, tucanos e militares, e até por is-

so tinha a liberdade política para tratar a barbárie com a nota grave que ela merece. É tão grave que no domingo havia sessenta trucidados em Manaus com cenas de animalidade inacreditável contadas por um criminoso cruz (veja a reportagem na pág. 55). Cinco dias depois, mais 31 foram trucidados em outra cidade hostil, num sinal tétrico do domínio do crime sobre as prisões brasileiras (veja a reportagem na pág. 59).

A saída para a selvageria revelada na semana passada impõe desafios enormes ao governo e à sociedade. A prisão é, por natureza, território do Estado. É o Estado que define quem entra e quem sai de seus muros. Deixa tudo: a hora de dormir, de comer, de trabalhar, de tomar sol. O Estado é o senhor absoluto dentro de um presídio. E a constatação de que as prisões brasileiras são trincheiras de forças criminosas, que se articulam dentro e fora dos presídios, diz tudo a respeito da espetacular falência do Estado. Isso é o desafio do governo. Mas pouco mudará enquanto a sociedade estiver desorientada em meio ao arvoredo da ideia medieval de que cuidar das prisões e respeitar os direitos humanos de presos equivale a premiar a banditagem. É o contrário: prisões razoáveis e presos tratados com um mínimo de humanidade são o único modo de tirar o país do atoleiro da violência que mata 60 000 brasileiros por ano. Trata-se, já dizia Churchill, da civilidade de toda uma nação. ■



**"A moderação
e o estado de
espírito do povo
quanto ao
tratamento dado
ao crime e aos
criminosos
são uma das
provas mais
irrefutáveis
da civilidade
de uma nação."**

WINSTON CHURCHILL
em 1910

IMAGEM COMUM

Prisões dentro de uma cela
superlotada: se tratamento
humano for visto como
privilégio, não haverá nada

Reza a crença popular que os eventos do primeiro dia do ano tendem a se repetir o ano inteiro. Em 1º de janeiro de 2017, em duas prisões de Manaus, a capital do Amazonas, sessenta homens foram mortos, decapitados e esquartejados, tudo avidamente registrado por câmeras de celulares e divulgado em redes sociais. As circunstâncias do massacre metódico e brutal de preso contra preso, sem interferência alguma das autoridades, apontam para uma conclusão aterradora: por menos que se leve credence a sério, as cenas distantes podem vir a se reproduzir nos superlotados presídios do Brasil, território livre onde quadrilhas exterminam rivais e exibem poder.

O ponto de partida para a selvageria foi uma rebelião dos presos no Instituto Penal Antônio Trindade (Ipat), um dos três prédios de um complexo prisional a 30 quilômetros de Manaus — os outros são um centro de detenção provisória e o explosivo Complexo Penitenciário Anísio Jobim (Compa). Enquanto 72 detentos do instituto (capacidade: 496; lotação: 1.202) fugiram, no Compa (capacidade: 454; lotação: 1.324) outro bando se mobilizava. De lá, 112 escaparam. Na confusão, detentos liderados pelo “xerife” Garrute (leia a reportagem na pág. 54) e seis companheiros abriram um buraco na parede da ala reservada ao regime semiaberto. Do outro lado estava o “seguro”, alojamento dos presos com a vida em perigo. Entraram e começaram a matar. E a decapitar.

A rebelião sopra anunciada. Há um ano, representantes de órgãos vinculados ao Ministério da Justiça visitaram os presídios amazonenses e relataram que a situação entre os presos era explosiva e a administração, omíscia. Em outubro, uma inspeção do Conselho Nacional de Justiça qualificou as condições no Compa como “péssimas”. Grampo telefônico feito pela PF indicava o pavor aceso. Mais perto ainda, em 31 de dezembro, véspera do massacre, um oficial da Secretaria de Administração Penitenciária do estado alertava para “possível fuga” e advertia a presença de “pelo menos oito armas de fogo”. Foi tudo ignorado. Também apontava a existência de seis agentes penitenciários para cuidar de mais de 1.000 presos, o que pesava parte da culpa na conta da Umanizzare, empresa privada contratada a peso de ouro para administrar — muito mal — o complexo prisional. Seja de quem for a culpa, e a despeito do empurrão-empurrão, o fato é que o ataque cumpriu seu objetivo de mostrar do que é capaz a Família do Norte (FDN), a maior facção criminosa da região (leia sobre a quadrilha na coluna de Roberto Pompeu de Toledo, na pág. 58).





PERMITIDO MATAR E DECAPITAR

A Família do Norte, facção que está no controle das prisões da Amazônia, resolveu exterminar presos inimigos. Executações passam em questão de horas, sem ser incomodada por ninguém. **ARISTÓTELES FREITAS**, de Brasília

BARBARIA

Crimes bárbaros cometidos
em um cárcere por
Militares, incluindo
a decapitação de
presos inimigos.



DO LADO DE FORA Parentos buscam notícias na porta do presídio; a tropa de choque chegou, mas não entrou

Uma vez no "seguro", o tal setor destinado a preservar presos ameaçados, os mandatores da FDN puseram-se a executar inimigos: homens do Primeiro Comando da Capital (PCC), atravessadores do comércio de armas e drogas e, como é de praxe, estapadeiros e delatores. "A ordem é cobrar todo mando que tá devendo", berrou um bandido diante do ruído número 1, o ex-policia militar Moacir da Costa, o Moa. Condenado por homicídio e tráfico, Moa, uma semiletrada local, era simpático ao PCC. No Pavilhão GI, o principal alojamento de gente marcada para morrer, foram decapitados diversos "piratas", integrantes de bandos que atacam barcos da FDN, roubam a mercadoria e a vendem por conta própria. Um deles, o taxista Paulinho Arrochador, foi esmagado a golpes de faca, teve a cabeça exibida por homens com touca de ninfa e, depois, exposta em cima do próprio corpo, em meio a gargalhadas de quem filmava.

Atribuir a barbárie à guerra entre facções que incendia os presídios brasileiros é correto, mas não é tudo. A Farnita do Norte quer, sim, exterminar os desleais. Mas quer também acumular crueldades para encantar os órgãos de segurança e investir-se de peça imprescindível no xadrez regional. A facção nordesta se fortaleceu a partir de 2010, por uma circunstância geográfica: a maior repressão nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul transferiu parte do tráfico de drogas e ar-

mas para os rios da Amazônia. Multiplicou-se então o escoamento pela chamada Rota do Solimões da cocaína produzida no Peru e na Colômbia. E a FDN é a dona do negócio. "A facção aprendeu a logística e passou a dominar os rios da Amazônia", diz um agente da Secretaria Nacional de Segurança Pública.

Vem daí a rixa com o PCC. Prejudicada pelos reverses na "sua" fronteira, a facção de São Paulo (veja o quadro no pé da página) hoje é mais bem organizada do país, com franquias por toda parte, voltou seus olhos para a Rota do Solimões. A FDN reagiu reforçando sua estrutura e executando sumariamente quem se alia ao inimigo. O combate mais violento aconteceu nas cadeias. As lideranças da FDN, como de resto toda a alta cúpula do tráfico do Brasil, estão atrás das grades. Mas, de dentro dos presídios, dão as ordens, coordenam as frotas e ampliam sua rede. "Nossa facção é tão fraca que nós elegemos foi um governador", gaba-se o chefe máximo, José Roberto Fernandes Barbosa, o Zé Roberto da Comença (nome de uma favela de Manaus), em mensagem de celular interceptada pela Polícia Federal em outubro de 2015. De fato, assessores do atual governador José Melo, do Pm, buscaram e obtiveram o apoio do bandido na eleição de 2014, conforme revelou VEJA na ocasião. Um ano depois, voltariam ao traficante para firmar um acordo de "paz na cadeia e nas ruas". Zé Roberto despacha desde o fim de 2015 da prisão de segurança máxima de Catanduvas, no Paraná.

Praticamente toda a cocaína que navega nos rios amazônicos está sob a guarda da FDN. Nos pontos mais isolados, os carregamentos às vezes são roubados por ladrões menores, os tais "piratas" massacrados na semana passada, que arquitetaram um método infalível para não deixar pistas: matam os traficantes, abrem o corpo deles e os jogam na água, para ser comidos pelos peixes. São três os destinos principais da mercadoria que circula na Rota do Solimões. Um é o varejo do Norte e Nordeste, que a FDN também controla em boa parte. Outro são os portos do Nordeste, de onde segue para a Europa via canais controlados por cartéis colombianos. O terceiro é o suprimento dos pontos de venda do Comando Vermelho, facção carioca da qual a FDN é antiga aliada. Até o meio deste ano, o CV tinha negócios em comum com o PCC e servia de abrigo para a brigada paulista com os portelais. Mas o acordo deglaciou o ambicioso PCC. Inclusive, começou a ferrar pé no Rio de Janeiro, e a guerra explodiu.

Na base do "Ou é nós, ou é contra nós", um de seus lemas, os bandidos da FDN brandiram seus facões no Compaq, no primeiro dia do ano, sem encontrar resistência. O número de policiais era ínfimo — um áudio divulgado nos

AS PRINCIPAIS FACÇÕES DO CRIME ORGANIZADO

Primeiro Comando do Capital (PCC)

ORIGEM
1993, em Taubaté (SP)

ONDE ATUA
De São Paulo, espalhou-se para todos os estados

AÇÃO MAIS USADA
Uma onda de ataques contra policiais, quartéis e agências de segurança em 2006, paralisou a cidade de São Paulo e deixou ao menos três mortos, depois da manifestação de Marcola, líder da facção, de Ayres para Presidente Venceslau.

Comando Vermelho (CV ou CV.RJ)

ORIGEM
Anos 1970, no presídio de Ipa Grande (RJ)

ONDE ATUA
No Rio e nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, a partir de alianças com facções locais

AÇÃO MAIS USADA
Em 2002, um exército organizado pelo magistrado Fernando Bezerra Maia em São Paulo terminou com a morte de quatro rivais da facção. O bando de Beza Maia tomou o controle do presídio e matou o rival Evandro Medeiros, o último torturado e carbonizado

Família do Norte (FDN)

ORIGEM
2007, em Manaus (AM)

ONDE ATUA
Nos estados das regiões Norte e Nordeste

AÇÃO MAIS USADA
Atos de brutal massacre de Manaus, o bando, aliado do Comando Vermelho, do Rio, foi alvo de investigação de PF. Chefe foi abatido em 2015, depois de apreensão de um baú com 200.000 reais em dinheiro no Rio Solimões. E aliado de coficientes ligados ao Farc da Colômbia

Bande dos 40

ORIGEM
2007, em São Luís (MA)

ONDE ATUA
No Maranhão, sobretudo na região metropolitana do capital

AÇÃO MAIS USADA
Garantia de segurança aos cidadãos de Pedrinhas entre o fim de 2013 e o começo de 2014. Houve desobedições e seqüestramentos. E três mortos estavam os rivais do Primeiro Comando do Maranhão (PCM). Alguns seqüestrados os rivais de Pedrinhas com uma onda de ataques aos rivais, determinado pelo tráfico de drogas do bando dos 40

Sindicato de Crime

ORIGEM
2013, em Natal (RN)

ONDE ATUA
No Rio Grande do Norte

AÇÃO MAIS USADA
Disputa de território do PCC no estado, deflagrou mais de cem ataques no ano passado depois da instalação de bloqueadores de celular na penitenciária do município de Paracuru. Os principais alvos foram delegados de polícia, prédios públicos, centros e ônibus freqüentados na região mais ocidental e no interior

redes diz que apenas três patrulhavam os muros. Doze agentes penitenciários foram feitos reféns, sem agressões. Massacre executado, os corpos se enfileiravam nos corredores e se amontoavam, em pedaços, dentro de carrinhos de transporte de material. Na quadra de futebol, lavada de sangue, um preso batia sistematicamente com o facão até separar a cabeça dos corpos. Do alto do prédio, filmando sem parar, uma plateia assistia e comentava. "Recebemos a foto do meu caubiado pelo próprio WhatsApp dele. Imagine a minha sogra vendo um negócio desses", relatou uma jovem que perdeu dois parentes no massacre, na porta do Instituto Médico-Legal, onde familiares se amontoavam e legistas montavam o macabro quebra-cabeça dos corpos.

A FDN manda e demanda no Cerepj. Em 21 de dezembro, a polícia chegou ao local com ordem judicial para revistar dois pavilhões, parte de uma investigação sobre soubos de carros, e simplesmente não pôde entrar, pois a ordem dos agentes penitenciários era evitar provocações. "A chefia liberou um pouco mais (ou privilégios dos presos) para evitar qualquer problema agora no fim de ano", explicou um deles. O "liberou um pouco mais" incluiu a permissão de que as mulheres dos detentos passassem as festas no presídio. No réveillon, teve funk até madrugada. "Não houve revista, os parentes dos presos entraram como quiseram", diz um guarda.

Às 8 horas do dia 1º, as visitas foram embora. Cerca de seis horas depois, começavam as fúgas, as trocas de tiros e a matança. "O objetivo central da FDN sempre foi acabar com os locais reservados para seus inimigos, matando todos os que não se submetem à facção. Eles querem o controle total do sistema e do crime no Amazonas", afirma o delegado federal Rafael Caldeira. O Batalhão de Choque foi acionado, mas permaneceu do lado de fora. Na floresta ao redor das cadeias, outro grupo de policiais caçou as quase duas centenas de presos em fuga. Até sexta-feira, apenas 65 haviam sido recapturados.

Levado na madrugada do dia 2 para ajudar nas negociações, o juiz Luiz Carlos Valois, da Vara de Execuções Penais, está até agora perturbado com o cenário que encontrou. "Vou precisar de tempo para me recuperar e poder reassumir minhas funções", admite. "O que vi lá dentro era uma escuridão total, um massacre macabro, inimaginável na história do sistema carcerário no Brasil", relata a VEJA. Às 7 horas, os últimos reféns foram soltos, a polícia entrou e começou a remoção dos corpos em pedaços. Dos 56 mortos no Cerepj (mais quatro corpos foram encontrados em outra cadeia de Manaus), 42 tiveram a cabeça cortada. ■

Colaborou Felipe Frazão

O DONO DA VIDA E DA MORTE

Na hierarquia da cadeia, a missão de um "xerife" é julgar e exterminar desafetos. Alçado ao comando da chacina praticada pela FDN em Manaus, Garrote se esmerou **LESLIE LEITÃO**

O suco de bom vermelho no centro da foto ao lado é Marcio Ramalho Diogo, 34 anos, criminoso condenado que, mesmo vivendo em uma cela, manda e desmanda. Tem 1,62 metro, mas é um gigante do horror. Diogo, vulgo Garrote, é uma das astucias máximas da facção Família do Norte (FDN) no Complexo Penitenciário Antônio Jobim (Compaj), em Manaus. "É o representante oficial da facção na ala 01 do pavilhão 01", diz um agente da Secretaria de Segurança. Na posição de "xerife", seu título na bandidagem, deu as ordens e participou pessoalmente do massacre de 56 presos em seus domínios, no primeiro dia do ano. A seife, em que ele está cercado de presos armados de pistolas e facões, foi tirada minutos depois da matança.

Garrote começou a carreira na FDN montando escolta, com armamento pesado, para os carregamentos de drogas e armas contrabandeados pelos rios amazônicos. Acabou preso, mas, mesmo dentro da cadeia, numa dessas possibi-

dades espantosas que o sistema carcerário permite, seguiu carreira e subiu na hierarquia. Passou a comandar a distribuição de drogas da quadrilha em Manaus. Por fim, virou "xerife" no Compaj, o quartel-general da FDN no Amazonas, onde chegou em 2013. Foi ele que o chefe máximo da FDN, José Roberto Fernandes Barbosa, o Zé Roberto da Compensa, convocou quando, em 28 de julho de 2015, recebeu de dois policiais a seu serviço uma mensagem no celular (que estava grampado, daí a revelação do diálogo) avisando que o Exército faria uma varredura no Compaj nas primeiras horas do dia seguinte. "Garrote, avisa aqui no rádio", convocou o traficante Zé Roberto, que por algum motivo acrescentou um "u" ao citar o apelido do compensa.

Atrás do que passou ao assento foi sair com armas, drogas, celulares e o que mais pudesse ser apreendido nas brechas das celas do capítulo do crime. Garrote brilhou: na revista, quase nada foi encontrada. Pelo empenho em cumprir ordens à risca, o bandido garboso um dos cinco assentos na célula de comando que, no organograma da quadrilha, tem a



TODOS POR UM
Este é o dia final
verdadeiro, não
paralisa, não
para ninguém
a guerra.



NA LANCHA Garrote, antes de ser preso: prancha armada para carregamentos de drogas pelos rios da Amazônia

responsabilidade de coordenar, avaliar e julgar questões internas, sendo a principal delas a execução de delitos. Cada prisão dominada pela FDN tem uma célula desse: a do regime fechado do Compaq, o mais populoso do estado, é do tipo top de linha, o que põe Garrote na condição de acesso direto à alta cúpula da quadrilha. Ele controla a área sob sua jurisdição com disciplina brutal e dispõe de celas especiais para punições e torturas. São: cela especial para tortura dentro do presídio. Quando acha preciso, mata ou manda matar. Cortar cabeças é a marca registrada da quadrilha.

Garrote nem sempre foi Garrote (nome que se dá ao pedaço de pau usado para apertar a corda em estrangulamentos). Durante a infância pobre na Zona Sul de Manaus, era conhecido como Vitorino — apelido que ele teve tatuado nas costas. Viveu sempre na periferia, inicialmente na Colônia Oliveira Machado e mais tarde na Comunidade Gustavo Nascimento, uma das favelas localizadas dentro do bairro Cidade de Deus — batizado assim em 1990 por um grupo de sem-terra que lá se assentou, e que tem pouca semelhança com o seu homônimo do Rio de Janeiro ou do filme. Parte do bairro tem casas boas e ruas asfaltadas; nas favelas em volta, a violência do tráfico predomina.

Franzino, sem recursos, Garrote não completou o ensino fundamental. A ficha policial aponta os nomes do pai (sem profissão) e da mãe (tempocostadora), ela moradora de uma das favelas da cidade. O estado civil é "solteiro", mas o documento identifica um "cônjuge" de nome altamente improvável: Indira Guerreira Ornor. Ah, e não deixa dúvida — "orientação: heterossexual". Já na adolescência, Garrote passou a usar drogas e a praticar pequenos roubos em farmácias, lojas e bares. Inaugurou então uma vasta folha corada de apreensões. A detenção de 17 de julho de 2003, aos 21 anos, pelo roubo de 600 reais em um mercadinho de bairro, rendeu-lhe a primeira condenação, a sete anos e oito meses de reclusão. Os arquivos da Secretaria de Segurança do Amazonas são confusos em relação ao número de vezes que Marcio Ramalho Diogo, cadastrado sob o número 01569601, fez entrada em alguma unidade penitenciária. Desde que o sistema foi digitalizado, constam nove anotações criminais por infrações variadas: assalto, formação de quadrilha, porte ilegal de arma de fogo, tráfico de drogas, uso de documento falso — e um homicídio.



CERTIDÃO DISCIPLINAR

Certifico para devidos fins de direito que o interno **MARCO RAMALHO DIOGO**, atualmente recolhido desde Curitiba/Paraná sob o Alvará de Regime Fechado por infração Artigo 157 § 2º, I a II CC, Art. 208 todos CPB Art. 33, do Sísivai Art. 304 c/c art. 257 "caput" do CP, em avaliação desta Direção, além como dos demais profissionais do setor técnico desta unidade, apresenta comportamento classificado como **BOM** na forma do art. 36, II do Estatuto Penitenciário do Estado do Amazonas.

Manaus, 31 de outubro de 2016.

NA CADEIA. A entrada no Copaj, em 2013, conheceu "pela extrema violência e crueldade", o xerife de 1,62 metro saiu de um ano em RDD com atestado de bom comportamento.

O criminoso responde atualmente a cinco processos. Ele está preso no Copaj desde 27 de fevereiro de 2013, quando foi surpreendido dentro de casa com uma metralhadora, uma pistola e 2 quilos de cocaína pura. De acordo com as investigações da Delegacia de Repressão a Entorpecentes da Polícia Federal, Garrote ascendeu ao crime pelas mãos de Carlos Libório de Araújo, o Cábila, assassinado em abril de 2014. Chamado de "empresário do tráfico", ele tinha um papel crucial dentro da FDN: comprava a droga diretamente dos produtores na Colômbia e no Peru e a levava até Manaus, para fazer a distribuição. Garrote, com seu estilo fiel e violento, era peça-chave na proteção da mercadoria. No relatório da Operação La Muralla, da Polícia Federal, que em 2015 esmiuçou os meandros da facção, Garrote é descrito como um "perigoso membro da Família do Norte, reconhecido no mundo do crime pela

extrema violência e crueldade com que atua". Trata-se, segundo o relatório, de um comandante do tráfico que faz "cumprir as regras de disciplina impostas pelos lideranças, sendo inclusive o responsável por aplicar penas aos detentos que variavam de lesões graves a homicídio".

Em virtude de seu papel de destaque na FDN e da vida na cadeia, Garrote foi transferido, em novembro de 2015, de sua cela habitual para outra mais isolada, dentro do Regime Disciplinar Diferenciado (RDD) do Copaj, o que não impediu, mas atrapalhou, seu "trabalho". Em 31 de outubro passado, a pena venceu e ele voltou à carceragem normal por obra de uma Certidão Disciplinar que atestou seu "BOM (ao menos nesse, em matéria de) comportamento". Dois meses depois, estava de facão em punho, cortando e mandando cortar cabeças, na vanguarda de um capítulo cruel da recente história da barbárie no Brasil. ■



ANIMALIDADE À exemplo do que ocorrerá em Manaus, em São Paulo os presos também foram esquecidos.

METÁSTASE DO HORROR

Se faltava comprovação do caos penitenciário, Roraima acabou com a dúvida: depois de Manaus, outro massacre deixa 31 mortos com a mesma brutalidade **FELIPE FRAZÃO**

Cinco dias após o brutal massacre em Manaus, uma nova carnificina explodiu na madrugada da sexta-feira 6 em Roraima e deixou pelo menos 31 presos mortos. Os métodos foram os mesmos da chacina no Amazonas: mutilações e esquartejamentos. Corações e vísceras das vítimas foram arrancados com facões improvisados. Tudo registrado em fotos. As cenas da rara barbárie foram, como ocorreu na anterior, imediatamente compartilhadas nas redes sociais. Os corpos mutilados ficaram espalhados pelos corredores da Penitenciária Agrícola de Monte Cristo, na região rural de Boa Vista, sobre grandes poças de sangue. Segundo o governo local, não há dúvida de que a matança foi obra de uma das facções envolvidas na tragédia de Manaus. O novo episódio é a prova cabal de que o caos no sistema prisional do país, como se verá a seguir, é generalizado e, lamentavelmente, está longe de uma solução.

A penitenciária onde aconteceu a chacina em Roraima abriga 1.475 presos, quase o dobro de sua capacidade. Já foi chamada, em documentos oficiais, de "favela" em forma de prisão. Por falta de espaço, até recentemente a unidade acomodava seus detentos em barracos, dentro de um galinheiro e em redes improvisadas entre árvores. O ambiente foi descrito em relatório produzido por inspetores do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária há dois anos. A visita dos representantes de Bra-

sil, porém, não resultou em medidas efetivas. Em outubro do ano passado, nessa mesma unidade dez presos acabaram mortos por rivais. Os corpos foram encontrados decapitados e carbonizados, em um dos confrontos iniciais deflagrados pela disputa entre o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV). Menos de três meses depois, a tragédia se repetiu, multiplicando o número de vítimas e confirmando o quadro danoso do sistema penitenciário brasileiro — um mundo à parte, sobre o qual as autoridades, estaduais e federais, do Poder Executivo ao Judiciário, demonstram não ter controle.

Em Manaus ou Boa Vista, mas também em outras cidades brasileiras, as prisões emulam masmorras medievais, como já admitiram algumas das autoridades. As celas são superlotadas, inundadas, com presos amontoados dentro de cubículos de concreto quase sempre em ruínas e infestados por ratos e baratas. A debilidade do sistema cria um barril de pólvora sempre pronto para explodir. Assim, a ideia de que a cadeia deveria servir para a ressocialização dos presos — e para o bem da sociedade como um todo — cai por terra. A temporada no circo se acaba por provocar efeito inverso. "Nós nos sentimos como feras, como bichos. Como um bicho pode ser domesticado se ele é açoitado, pisoteado e batido? Não tem como, ele sempre vai ser fera, sempre vai apresentar risco", disse a estelionatária Débora Galasso, uma das presas do Complexo Penitenciário Anísio Jobim (Compaq), o mesmo do massacre da virada do ano em Manaus.

A detenta registrou a queixa, em abril de 2015, diante de uma comissão com representantes do governo federal, da Justiça, do governo do Amazonas e da Ordem dos Advogados do Brasil. Outro detento, identificado como Ivan, afirmou: "A cela é projetada para oito e já ficamos até em 28. Vinte e mais. Na comida já veio até canibalismo dentro, e barra de ferro no feijão".

Maior cadeia gaúcha, o Presídio Central, em Porto Alegre, é um símbolo do descaso com o sistema prisional brasileiro. Alvo de pedidos de interdição, com partes da edificação em ruínas, o complexo, inaugurado em 1959, abriga uma população carcerária maior que o dobro da capacidade: são 4.683 presos, conforme dados de dezembro, em espaço para 1.905. Em novembro, a presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministra Cármen Lúcia, fez uma visita-surpresa à unidade. Encontrou esgoto correndo a céu aberto e instalações precárias. Via que em algumas das celas não há espaço suficiente para que todos os presos possam dormir ao mesmo tempo. O Judiciário local reconhece: as galerias do presídio são comandadas por quatro facções criminosas. No fim de 2016, a falta de vagas nas prisões gaúchas resultou numa situação estruçal: presos tiveram de ser acomodados dentro de ônibus e vans da Polícia Militar, no porta-malas de caminhões e até armazenados a lixeiras de ferro em frente a delegacias. Ressocialização?

Em todos os aspectos, o quadro geral dos presídios é esterecedor. As condições sanitárias das unidades pelo país afora são geralmente degradantes. Há proliferação do vírus da aids, de hepatite e de sífilis. A tuberculose se espalha entre os internos. A Penitenciária Lemos de Brito, a maior de Salvador, na Bahia, é um exemplo lamentável. Em dezembro passado, havia apenas um médico para atender todos os seus 1.501 presos — dois deles com HIV, quinze com tuberculose e 29 idosos.

A violência e a desordem são parte do cotidiano. Entre 2005 e 2014, 697 presos foram assassinados nas cadeias brasileiras. O número pode ser ainda maior, já que se suspeita que alguns estados informem como morte natural — fora dessa conta, portanto — assassinatos ocorridos no interior das prisões. Na última década houve mais de 17.000 fugas em todo o país. Só no ano passado, foram 1.400. Pelo menos 13.000 detentos envolveram-se em motins ou rebeliões.

O caos nas prisões nacionais é histórico. A primeira Constituição brasileira, de 1824, já rezava: "As cadeias

RETRATO DO CAOS

TODOS AMONTADOOS

Em 2014, apenas em quatro países havia prisão mais superlotada do que no Brasil: Filipinas, Peru, Paquistão e Irã



CADE A CONDENAÇÃO?

Em 2014,

250 000 presos brasileiros não tinham recebido uma sentença ainda, número só superado em três países de população alta: Estados Unidos, Índia e China



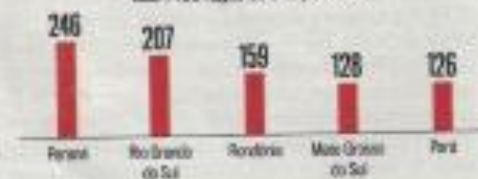
QUEM SÃO OS PRESOS

O perfil da massa carcerária é diferente do da população em geral



PORTAS QUASE ABERTAS

Em apenas cinco estados ocorreu mais da metade das 1.400 fugas do ano passado



serão seguras, limpas, bem arejadas, havendo diversas casas para separação das réus, conforme suas circunstâncias e a natureza dos seus crimes. Desde já ficam abolidos os açoites, a tortura, a marca de ferro quente, e todas as penas mais cruéis". Há séculos, portanto, a letra fria da lei não passa de letra fria — e só quando estouram episódios de extrema violência, como as matanças da semana passada, a crise atávica nas prisões ganha atenção. As causas da desordem são três, velhas conhecidas, que se conectam entre si. A mais óbvia é a superlotação. Outro problema é de fluxo: entram mais detentos nas prisões do que saem. Cerca de 3.000 presos chegam ao sistema penal brasileiro mensalmente. Se o país conseguisse eliminar o déficit de vagas hoje, em nove meses já haveria uma superlotação da ordem de 30%. O terceiro problema, igualmente ligado aos dois anteriores, é o excesso de presos provisórios, que ainda não receberam sentença — e, em última instância, podem ser inocentes. Hoje, calcula-se que sejam 250.000.

O inchaço decorre de uma política de prender muito, mas prender mal. A maior parte dos presos provisórios cometeu pequenos delitos e, dentro das prisões, torna-se alvo fácil para as facções criminosas. Uma vez na cadeia, independentemente da experiência no mundo do crime, é preciso escolher um lado para se proteger. Na prática, a política penitenciária fomenta a existência de facções como as que protagonizaram os derramamentos de sangue na semana passada. Atualmente, pelo menos vinte facções atuam nos presídios brasileiros. Essas organizações aliciam presos, subjogando-os pela força ou oferecendo proteção, auxílio de advogados e assistência à família. "O Estado criou condições para o surgimento dessas facções, inclusive as mais recentes, dentro das unidades oficiais. As organizações não surgiram fora para cometer crimes. Elas apareceram dentro do Estado, na instituição prisional, onde o controle deveria ser total", diz o advogado Alanirio Velludo Salvador Netto, presidente do Conselho Nacional de Prática Criminal e Penitenciária.

Embora não seja idêntica, o fenômeno é semelhante ao que ocorre com as gangues nas cadeias americanas. "As gangues desempenham um papel de proteção importante. Para a maioria dos presos, pertencer a uma

gangue é desejável para ter acesso a contrabandos, drogas, benefícios econômicos, ganhar status e pela sensação de pertencimento", escreve o professor de economia política David Skarbek, da universidade King's College London, autor do livro *The Social Order of the Underworld — How Prison Gangs Govern the American Prison System* (A ordem social do submundo — Como as gangues governam o sistema prisional americano). Skarbek defende a ideia de que é praticamente impossível que esses bandidos não se formem nos presídios — mas não são organizações criminosas que atuam fora, comandando o tráfico, como ocorre no Brasil. Para ele, a solução são cadeias pequenas, com poucos presos. Quanto maior o presídio, maior a possibilidade de as autoridades perderem o controle.

Para muitos especialistas, resolver o caso brasileiro depende menos da construção de novas penitenciárias e

mais do redirecionamento das políticas de segurança. "Muitos dos presos não estão cometendo crimes violentos. Há uma política distorcida e uma repressão excessiva ao pequeno tráfico, que vai explodindo as cadeias", diz o sociólogo Arthur Trindade, ex-secretário de Segurança Pública do Distrito Federal.

A adoção de penas alternativas, algo que também poderia ajudar a desinchar o sistema, é tímida: atualmente, não mais que 20% dos processos julgados no país resultam em penas como prestação de serviços comunitários. A partir de 2015, o CNJ instituiu, com algum grau de sucesso, o projeto piloto das audiências de custódia. A ideia é que todo preso deve, em 24 horas, ser apresentado a um juiz para avaliar as condições de detenção. A medida tem o objetivo de identificar abusos e casos de prisões desnecessárias. Aonde a iniciativa chegou, em média 45% dos presos foram liberados antes de ser encaminhados às penitenciárias. Por enquanto, ele só funciona nas capitais, mas a intenção é ampliá-lo para todo o país. Enquanto as soluções não aparecerem, os massacres da semana passada tendem a ser um cenário em aberto — as autoridades não admitem, mas sabem que, em meio ao caos e à guerra da *bandalagem*, é grande o risco de episódios semelhantes se repetirem. ■

Com reportagem de Marcelo Matos e João Pedroza de Campos

A solução não deve limitar-se à construção de novos presídios